

Solvi
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações dos resultados	15
Demonstrações dos resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Demonstrações do valor adicionado	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	20



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Solvi Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solvi Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas .

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solvi Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Solvi Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 16, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia aumentou o capital de sua controlada Revita Engenharia S.A. com dividendos, mútuos a pagar e contas a pagar nos montantes de R\$ 34.163 mil, R\$ 25.385 mil e R\$ 2.256 mil, respectivamente, totalizando R\$ 61.804 mil, todavia, os respectivos atos societários não estavam devidamente registrados na Junta Comercial. Em decorrência desse assunto, em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de investimentos estava apresentada a maior em R\$ 61.804 mil, a de dividendos a receber, mútuos a receber e contas a receber a menor em R\$ 34.163 mil, R\$ 25.385 mil e R\$ 2.256 mil, respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e não modificada sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Ênfases

Citação da controlada Essencis Soluções Ambientais S.A. na colaboração premiada do Sr. José Sérgio de Oliveira Machado

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a controlada Essencis Soluções Ambientais S.A. (“Essencis”), foi citada em colaboração premiada do Sr. José Sérgio de Oliveira Machado (“Sérgio Machado”), ex-diretor da Transpetro S.A., no âmbito de investigação conduzida pelo Ministério Público Federal. Em 2016, a Solvi Participações S.A. contratou empresa independente especializada para conduzir uma investigação com procedimentos forenses, que não identificou evidências ou indícios de fatos ou elementos relacionados à participação da Essencis nos supostos atos alegados. Considerando que o processo de investigação pelo Ministério Público Federal ainda está em andamento, não está descartada a possibilidade de haver desdobramento no decorrer dessa investigação que provoquem impactos futuros relacionados a este assunto nas demonstrações financeiras da Companhia e da referida controlada. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Operação Gramacho originada na controlada Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.:

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia e a suas controladas, direta e indireta, Revita Engenharia S.A e Guamá Tratamento de Resíduos Ltda., respectivamente, foram denunciadas pelo Ministério Público do Estado do Pará na Operação denominada Gramacho, onde se investiga o suposto crime ambiental ocorrido em janeiro de 2017 na Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos – CPTR Marituba (Aterro). Os assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas entendem, também com base em laudos de especialistas em meio ambiente e saúde contratados, que tais denúncias carecem de sustentação probatória, portanto, não foi constituída provisão contábil para fazer face a esse assunto. Eventuais desdobramentos futuros desfavoráveis à Companhia



poderão afetar adversamente suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Atividades operacionais da controlada indireta Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.:

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a controlada indireta Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de limpeza pública para o agrupamento noroeste do município de São Paulo. O contrato de prestação de serviços original encerrou-se em 16 de dezembro de 2016 e foi prorrogado por mais um período, finalizando-se de forma definitiva em 14 de dezembro de 2017. Em 15 de dezembro de 2017, a controlada firmou o contrato de prestação de serviços em caráter emergencial junto à Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo. O prazo de vigência desse contrato é de 180 dias corridos contados a partir de 16 de dezembro de 2017. Como parte do plano da sua continuidade operacional, a controlada considerou a sua participação no processo de licitação para Concessão Pública da Prefeitura do Município de São Paulo e caso não saia vencedora dessa licitação planeja encerrar suas atividades. Nossa opinião não está sendo modificada em relação a esse assunto.

Atividades operacionais da controlada indireta SBC Valorização de Resíduos Ltda.:

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a controlada indireta SBC Valorização de Resíduos Ltda. tem como objeto social o manejo e gestão dos resíduos sólidos do município de São Bernardo do Campo - SP. O contrato de prestação de serviços original foi rescindido amigavelmente e de forma antecipada, mediante ao Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual datado de 05 de julho de 2017, nesse mesmo Instrumento ficou acordado que a controlada indireta prestaria o serviço por até 180 dias. Em 26 de dezembro de 2017 foi prorrogado o Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual para mais 180 dias a contar de 01 de janeiro de 2018. Até 31 de dezembro de 2017 não houve o encerramento definitivo do contrato, e a SBC manterá a prestação dos serviços até que as partes concluam o processo. Nossa opinião não está sendo modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Valor recuperável (“impairment”) do ativo fiscal diferido

Veja as notas explicativas **7.(f)** e **26** das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Algumas controladas da Companhia possuem saldos ativos de tributos diferidos significativos que incluem essencialmente prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis, considerados como recuperáveis com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias, bem como a projeção de lucros futuros. A recuperabilidade dos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas na projeção dos lucros tributáveis futuros e na capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar no valor reconhecido nas demonstrações financeiras e na alíquota efetiva do período.</p> <p>Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura efetuadas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações financeiras nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas por essas controladas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como crescimento das vendas, diminuição dos custos e despesas, bem como comparamos certos dados com fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pela Companhia e suas controladas; (ii) Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas tributários, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias; (iii) Analisamos à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia e suas controladas para sua utilização; (iv) Avaliamos se as projeções dessas controladas indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros, suficientes para permitir sua realização, bem como avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas da Companhia e suas controladas. <p>Baseados nos resultados dos procedimentos resumidos acima, consideramos que o saldo do</p>

	ativo fiscal diferido, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
--	--

Valor recuperável ("impairment") do Imobilizado, Intangível (incluindo o Ágio)

Veja as notas explicativas **7 (k), 17 e 18** das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 incluem valores de ativo imobilizado e intangível, incluindo Ágio (Goodwill) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Companhia. Conforme requerido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, a Companhia avaliou a existência de necessidade de redução ao valor recuperável em relação à suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se de modelos de fluxos de caixa descontados elaborados por especialista contratado pela Companhia, que consideram julgamentos significativos e uso de premissas de mercado e de negócios, que incluem (i) crescimento da receita, (ii) margens operacionais e (iii) taxas de desconto aplicadas aos fluxos de caixa futuros projetados.</p> <p>Devido à relevância do valor desses ativos, ao julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e considerando o impacto que eventuais alterações das premissas, poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliação do desenho dos controles internos chave existentes no processo de análise do valor recuperável do ágio. (ii) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo a taxa de desconto adotada, e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações do mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com previsões anteriores. (iii) Avaliamos também a análise de sensibilidade das premissas mais significativas efetuada pela Companhia, com o intuito de identificar em quais situações os fluxos de caixa descontados resultariam em valores recuperáveis iguais ou menores que seu valor contábil. (iv) Analisamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos do imobilizado, intangível, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das</p>

	demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
--	---

Valor recuperável (*impairment*) das contas a receber

Veja a nota explicativa **12** das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia define critérios e metodologias para a avaliação do valor recuperável do saldo das contas a receber com o objetivo de determinar a estimativa do montante sujeito a não realização e, conseqüentemente, a potencial constituição de provisão para saldos de liquidação duvidosa. A determinação da perda por redução ao valor recuperável do contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) considera critérios e metodologias que são documentados em políticas internas e exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte da Companhia, que incluem análises sobre fatores externos e condições econômicas gerais, e internos, tais como histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, inclusive sua situação econômico-financeira, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos.</p> <p>Devido ao alto grau de julgamento envolvido para a determinação da perda por redução ao valor recuperável das contas a receber e ao impacto que eventuais alterações nas premissas usadas em sua determinação poderiam ter nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Obtenção do entendimento do desenho dos controles internos relacionados à identificação e registro de <i>impairment</i> das contas a receber. (ii) Avaliação, em base amostral, da suficiência dos critérios, premissas e dados utilizados pela Administração da Companhia para determinar os níveis de inadimplência atentando para políticas de recebimento de créditos de difícil liquidação em comparação com dados históricos e a existência de garantias (iii) Adicionalmente, analisamos se historicamente as provisões efetuadas pela Companhia tem se materializado e consideramos esse histórico em comparação com as premissas utilizadas pela Companhia para a provisão registrada no período; e (iv) avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação das contas a receber, os quais não foram registrados pela Administração, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados,</p>

	consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, o saldo das contas a receber, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
--	---

Provisão para urbanização de aterro sanitário

Veja as notas explicativas **7.(I)** e **24** das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Como consequência das suas operações, e visando a minimização dos impactos ambientais de aterro, a Companhia incorre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento de aterro sanitário, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado, para as obrigações de fechamento como, por exemplo, tipo de cobertura final e demolição de instalações utilizadas quando da operação do aterro, para as atividades a serem realizadas após o fechamento e determinadas premissas econômicas como custo do tratamento de percolado, custo de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás e manutenção da infraestrutura existente.</p> <p>Devido à relevância da provisão para urbanização de aterro sanitário e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliação do desenho dos controles internos chave existentes no processo de reconhecimento e mensuração da provisão para urbanização de aterro sanitário. (ii) Análise da razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente. (iii) Conferência aritmética dos cálculos das estimativas, inclusive confrontando com as informações contábeis e relatórios gerenciais. (iv) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo da provisão para urbanização de aterro sanitário, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

Reorganização societária	
Veja a nota explicativa 16.2 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2017, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, os acionistas da Solvi Participações S.A. (“Companhia”) aprovaram uma reorganização societária que culminou com a incorporação reversa da controlada Companhia de Projetos Ambientais (“CPA”) pela Essencis Soluções Ambientais S.A. (“Essencis”).</p> <p>Devido à relevância da transação ocorrida e dos efeitos gerados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliação da transação, mediante discussões com a Administração e análise dos atos societários inerentes, incluindo a leitura dos documentos relevantes que formalizaram a operação; (ii) Análise das evidências que fundamentaram a determinação da transação, inclusive o montante do acervo líquido contábil avaliado por três contadores. (iii) Com o auxílio de nossos especialistas em tributos, analisamos a razoabilidade do tratamento fiscal adotado na transação. (iv) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis a contabilização e a divulgação da referida reestruturação societária no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

	Notas explicativas	Controladora			Consolidado		
		2017 (reapresentado)	2016 (reapresentado)	01/01/2016 (reapresentado)	2017 (reapresentado)	2016 (reapresentado)	01/01/2016 (reapresentado)
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	11	193	3.631	1.552	119.342	142.104	143.000
Títulos e valores mobiliários	11	917	-	-	1.595	-	-
Contas a receber de clientes	12	4.847	5.194	124.477	646.211	628.586	683.991
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	-	-	-	2.959	14.048	-
Ativo financeiro	36.2	-	-	-	5.824	3.326	3.326
Estoques		46	121	77	27.292	25.017	30.860
Dividendos a receber	13	157	8.631	2.834	7.594	9.143	4.430
Impostos a recuperar	14	25.608	31.212	13.043	104.502	95.171	77.223
Outras contas a receber		3.196	2.372	4.217	16.800	8.905	18.982
Aporte numérico em consórcios		-	-	-	2.839	2.032	-
Adiantamento a fornecedores		91	58	5	3.102	3.172	9.992
Ativo fiscal diferido		-	-	-	14	-	-
Ativos mantidos para venda	15	470.000	-	-	470.000	-	-
Total do ativo circulante		505.055	51.219	146.205	1.408.074	931.504	971.804
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo:							
Títulos e valores mobiliários	11	-	-	-	15.961	2.725	2.454
Contas a receber de clientes	12	-	112.431	66.923	18.542	27.493	101.770
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	9.992	42.157	247.310	91.594	168.062	354.729
Ativo financeiro	36.2	-	-	-	43.415	64.065	48.290
Impostos a recuperar	14	-	-	-	-	15.431	13.518
Ativo fiscal diferido	26	-	-	183	195.022	63.088	42.101
Outras contas a receber		805	661	840	24.498	19.147	24.956
Depósitos judiciais		388	17	-	37.571	24.255	17.719
Total do realizável a longo prazo		11.185	155.266	315.256	426.603	384.266	605.537
Investimentos	16	1.521.036	1.308.647	1.211.552	133.863	731.168	456.497
Imobilizado	17	1.404	1.276	1.792	664.685	716.879	733.616
Intangível	18	4.040	4.987	4.980	1.036.039	1.079.978	1.109.847
		1.526.480	1.314.910	1.218.324	1.834.587	2.528.025	2.299.960
Total do ativo não circulante		1.537.665	1.470.176	1.533.580	2.261.190	2.912.291	2.905.497
TOTAL DO ATIVO		2.042.720	1.521.395	1.679.785	3.669.264	3.843.795	3.877.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas explicativas	Controladora			Consolidado		
		2017 (reapresentado)	2016 (reapresentado)	01/01/2016 (reapresentado)	2017 (reapresentado)	2016 (reapresentado)	01/01/2016 (reapresentado)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Fornecedores e outras contas a pagar	19	44.938	18.343	15.104	238.994	226.880	227.054
Mútuos a pagar a partes relacionadas	22	-	-	3.195	138	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	17.401	5.928	69.071	268.865	226.854	499.349
Debêntures e outros títulos	21	67.499	-	-	125.204	62.011	130.841
Salários, benefícios e encargos sociais	23	4.829	3.739	4.403	131.458	124.695	125.781
Impostos, taxas e contribuições	25	739	1.112	890	135.064	115.219	86.792
Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	-	16.861	14.125	9.186
Dividendos	13	18.798	19.157	16.596	61.347	59.815	46.456
Aporte numérico em consórcios		-	-	-	2.809	2.022	-
Adiantamentos de clientes		-	-	-	15.478	11.503	17.312
Total do passivo circulante		154.204	48.279	109.259	996.218	843.124	1.142.771
NÃO CIRCULANTE							
Exigível a longo prazo:							
Fornecedores e outras contas a pagar	19	38.701	-	-	3.415	3.357	1.232
Mútuos a pagar a partes relacionadas	22	209.110	101.421	79.115	7.299	12.167	36.570
Empréstimos e financiamentos	20	66.617	75.186	25.006	574.522	644.523	384.144
Debêntures e outros títulos	21	603.031	-	-	719.697	742.616	602.715
Parcelamentos fiscais		-	-	-	142	4.022	44
Passivo fiscal diferido	26	11.774	18.806	50.495	138.718	153.786	199.366
Provisões	24	496	539	-	186.795	121.422	80.382
Perda no investimento		-	46.471	73.748	-	-	-
Adiantamentos de clientes		-	-	-	-	3	-
Total do passivo não circulante		929.729	242.423	228.364	1.630.588	1.681.896	1.304.453
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	27	415.000	415.000	415.000	415.000	415.000	415.000
Reserva de capital		127.288	-	-	127.288	-	-
Reservas de lucros		409.910	810.132	913.779	409.910	810.132	913.779
Reserva especial de ágio		3.143	3.143	3.143	3.143	3.143	3.143
Ajuste acumulado de conversão		3.446	2.418	10.240	3.446	2.418	10.240
Total do patrimônio líquido dos controladores		958.787	1.230.693	1.342.162	958.787	1.230.693	1.342.162
Participação dos não controladores		-	-	-	83.671	88.082	87.915
Total do patrimônio líquido					1.042.458	1.318.775	1.430.077
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.042.720	1.521.395	1.679.785	3.669.264	3.843.795	3.877.301

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.886.838/0001-50
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em milhares reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	28	1.293	1.224	2.454.990	2.534.073
Impostos incidentes sobre serviços prestados	28	(179)	(174)	(331.157)	(335.502)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.114	1.050	2.123.833	2.198.571
Custo dos serviços prestados	29	-	-	(1.608.575)	(1.637.232)
LUCRO BRUTO		1.114	1.050	515.258	561.339
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Comerciais	30	(125)	(215)	(5.214)	(11.169)
Despesas administrativas	31	(17.498)	(18.342)	(179.572)	(179.434)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	(118.514)	(56.101)	(262.613)	(16.686)
Resultado de equivalência patrimonial	16	(77.830)	135.270	40.464	38.739
RECEITAS E DEPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		(213.967)	60.612	(406.935)	(168.550)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(212.853)	61.662	108.323	392.789
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	33	30.792	51.478	68.624	93.675
Despesas financeiras	33	(32.310)	(32.403)	(252.804)	(291.460)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(1.518)	19.075	(184.180)	(197.785)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(214.371)	80.737	(75.857)	195.004
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	26	-	12.321	(111.164)	(87.102)
Diferido	26	7.032	31.506	18.959	66.790
Incentivo lucro da exploração	26	-	-	2.594	2.796
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(207.339)</u>	<u>124.564</u>	<u>(165.468)</u>	<u>177.488</u>
ATRIBUÍVEL À:					
Acionistas da Companhia				(207.339)	124.564
Participação de não controladores				41.871	52.924
				<u>(165.468)</u>	<u>177.488</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ: 02.886.838/0001-50
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(207.339)	124.564	(165.468)	177.488
Ajustes acumulados de conversão	1.028	(7.822)	1.600	(9.533)
Resultado Abrangente da Companhia	(206.311)	116.742	(163.868)	167.955
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			(206.311)	116.742
Acionistas não controladores			42.443	51.213
Resultado abrangente total			(163.868)	167.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ: 02.886.838/0001-50
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de ágio					
Saldos em 1 de janeiro de 2016 anteriormente apresentados	415.000	-	18.278	902.928	3.143	10.240	-	1.349.589	95.051	1.444.640
Impacto de retificação de erros	-	-	-	(7.427)	-	-	-	(7.427)	(7.136)	(14.563)
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2016	415.000	-	18.278	895.501	3.143	10.240	-	1.342.162	87.915	1.430.077
Aumento do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	4.284	4.284
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	124.564	124.564	52.924	177.488
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	(7.822)	-	(7.822)	(1.711)	(9.533)
Reserva de lucros	-	-	-	115.808	-	-	(115.808)	-	-	-
Reserva legal	-	-	1.392	-	-	-	(1.392)	-	-	-
Transação de capital entre partes relacionadas	-	-	-	(220.847)	-	-	-	(220.847)	-	(220.847)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(7.364)	(7.364)	(55.331)	(62.695)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Reapresentado)	415.000	-	19.670	790.462	3.143	2.418	-	1.230.693	88.082	1.318.775
Aumento de capital com reserva	413.730	-	-	(413.730)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de capital	-	127.288	-	-	-	-	-	127.288	-	127.288
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(207.339)	(207.339)	41.871	(165.468)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	1.028	-	1.028	572	1.600
Resultado do exercício	-	-	-	(207.339)	-	-	207.339	-	-	-
Ajustes no patrimônio líquido da investida	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.857)	(1.857)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.996)	(44.996)
Reversão da provisão de transação de capital entre partes relacionadas	-	-	-	220.848	-	-	-	220.848	-	220.848
Cisão parcial entre partes relacionadas	(413.730)	-	-	-	-	-	-	(413.730)	-	(413.730)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	415.000	127.288	19.670	390.242	3.143	3.446	-	958.787	83.671	1.042.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.886.838/0001-50
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(207.339)	124.564	(165.468)	177.488
Itens que não afetam o caixa:				
Perda do valor recuperável	-	-	17.739	(101.172)
Depreciação e amortização	2.081	1.958	141.233	151.599
Amortização de ágio	-	4.456	12.720	8.739
Baixa de imobilizado e intangível	-	25	4.762	29.598
Equivalência patrimonial	77.830	(135.270)	(40.464)	(38.739)
Equivalência de exercícios anteriores	-	-	(5.695)	-
Perda no investimento	100.126	-	163.639	-
Variação cambial	565	(1.216)	5.018	(13.806)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, debêntures e mútuos	(2.306)	(13.980)	157.755	191.620
Provisão / Reversão de ajustes de inventário	(41)	-	(2.430)	-
Provisão para concientização da população	-	-	1.468	-
Provisão para urbanização de aterros	-	-	48.451	12.337
Provisão para perda de mútuos	16.883	-	29.330	-
(Reversão) / Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.680)	2.911
Provisão / Reversão para contingências	1	-	20.248	44.495
Imposto de renda e contribuição social	(7.032)	(43.827)	89.611	17.516
Aumento / Redução nos ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários	(917)	-	(14.831)	(271)
Contas a receber de clientes	(348)	160.746	(51.729)	112.832
Partes relacionadas	74.432	(65.202)	(56.635)	(92.123)
Impostos a recuperar	5.604	(18.168)	6.184	(19.861)
Estoques	116	(44)	155	5.843
Dividendos recebidos	36.311	47.681	8.852	2.272
Outros créditos	(1.059)	440	(7.405)	15.908
Aporte de numerário em consórcios	-	-	(807)	(2.032)
Depósitos judiciais	(416)	521	(18.109)	(6.673)
Adiantamento a fornecedores	(33)	(53)	70	6.819
Ativo financeiro	-	-	18.152	(15.775)
Aumento / Redução nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(4.094)	4.296	18.607	(4.097)
Partes relacionadas	(74.209)	(3.933)	30.970	(23.987)
Salários, provisões e encargos sociais	1.090	(664)	6.474	(1.086)
Impostos, taxas e contribuições	(373)	221	(16.136)	28.427
Pagamento de contingências	(481)	-	(14.024)	(15.655)
Adiantamento de clientes	-	-	3.972	(5.810)
Outras contas a pagar	(24)	(127)	(254)	2.033
Aporte numerário em consórcios	-	-	787	2.021
Parcelamentos fiscais	-	-	32.090	3.977
Caixa gerado pelas atividades operacionais	16.367	62.424	422.620	475.348
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-	12.321	(106.600)	(79.144)
Mútuos ativos - recebimento Juros	201	240	1.318	2.423
Mútuos passivos - juros pagos	(34)	(118)	(184)	(311)
Debêntures - juros pagos	-	-	(20.682)	(27.600)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(3.241)	(12.708)	(57.746)	(112.749)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.293	62.159	238.726	257.967
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Mútuos ativos - aplicação	(39.879)	(52.309)	(101.918)	(57.743)
Mútuos ativos - recebimento principal	2.267	8.292	73.680	15.197
Redução / Aumento de investimentos	-	(4.656)	1.183	4.284
Adição em caixa e equivalentes proveniente à aquisição da controlada Atenta	-	-	633	-
Aumento de investimento	-	-	(2.268)	-
Aquisições de imobilizado	(758)	(476)	(66.906)	(141.143)
Adição de intangível	(505)	(997)	(8.047)	(12.424)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(38.875)	(50.146)	(103.643)	(191.829)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Mútuos passivos - captação	53.113	53.991	1.963	8.703
Mútuos passivos - pagamento principal	(25.978)	(45.570)	(5.037)	(4.049)
Notas promissórias - captação	-	-	-	6.050
Debêntures - pagamento principal	-	-	(37.181)	(21.555)
Empréstimos e financiamentos - captação	10.692	25.499	222.043	393.324
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(15.324)	(39.051)	(296.169)	(400.171)
Dividendos pagos	(359)	(4.803)	(43.464)	(49.336)
Caixa líquido gerado pelas / aplicado nas atividades de financiamento	22.144	(9.934)	(157.845)	(67.034)
(REDUÇÃO LÍQUIDA) / AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.438)	2.079	(22.762)	(896)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	3.631	1.552	142.104	143.000
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	193	3.631	119.342	142.104
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(3.438)	2.079	(22.762)	(896)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ: 02.886.838/0001-50
 DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
1 - RECEITAS	1.349	(6.501)	2.462.056	2.526.105
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.293	1.224	2.454.990	2.534.073
Outras receitas	56	(7.725)	6.745	(3.658)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	-	-	321	(4.310)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(107.022)	(39.659)	(894.691)	(655.730)
(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(270.484)	(239.269)
Materiais, energia, serviços de terceiros	16.939	16.825	(326.173)	(368.832)
Perda/recuperação de valores ativos	(100.149)	(3.339)	(165.441)	101.274
Outros	(23.812)	(53.145)	(132.593)	(148.903)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(105.673)	(46.160)	1.567.365	1.870.375
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(2.081)	(1.958)	(141.233)	(151.599)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(107.754)	(48.118)	1.426.132	1.718.776
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(47.038)	186.748	109.316	134.694
Resultado de equivalência patrimonial	(77.830)	135.270	40.464	38.739
Receitas financeiras	30.792	51.478	68.624	93.675
Outras	-	-	228	2.280
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	(154.792)	138.630	1.535.448	1.853.470
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(154.792)	138.630	1.535.448	1.853.470
8.1) Pessoal	19.992	18.169	701.472	708.214
Remuneração direta	16.074	14.592	504.435	513.062
Benefícios	3.024	2.698	170.675	168.745
F.G.T.S	894	879	26.362	26.407
8.2) Impostos, taxas e contribuições	1.008	(35.990)	552.471	483.167
Federais	79	(36.162)	412.711	346.599
Estaduais	-	-	13.170	13.334
Municipais	929	172	126.590	123.234
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	31.547	31.887	446.973	484.601
Juros	30.054	30.442	245.580	283.730
Aluguéis	1.493	1.445	201.381	200.851
Outras	-	-	12	20
8.4) Remuneração de capitais próprios	(207.339)	124.564	(165.468)	177.488
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(207.339)	124.564	(207.339)	124.564
Participação dos não-controladores	-	-	41.871	52.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Solvi Participações S.A. (“Companhia”), entidade controladora do Grupo Solvi, é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Avenida Gonçalo Madeira, 400 - Jaguaré, município de São Paulo - SP.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo Solvi” e individualmente como ‘entidades do Grupo’).

A Companhia e suas subsidiárias formam um Grupo empresarial composto por 67 empresas que atendem mais de 130 municípios de 15 estados brasileiros, além de importantes municípios localizados nos seguintes países: Argentina, Bolívia e Peru.

A atividade operacional do Grupo Solvi é desenvolvida basicamente em quatro frentes de negócios:

- **Resíduos:** Limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados. Também, faz operações de aterros com classificação I, II e III, reciclagem, incineração, co-processamento, remediação de áreas contaminadas e manufatura reversa;
- **Saneamento:** Captação, tratamento e distribuição de água, bem como coleta, tratamento, disposição final de esgoto e gestão comercial;
- **Valorização energética:** Geração de energia a partir de fontes renováveis, como biogás, resíduos agroindustriais, dejetos, biomassa entre outros. Geração de créditos de carbono por meio de geração de energia renovável e queima controlada do gás metano de aterros; e
- **Agronegócio:** Produção de fertilizantes a partir do processo de compostagem de resíduos industriais.

Controlada indireta Rio Grande Ambiental (“RGA”)

O Ministério Público - MPE-RS propôs Ação Civil Pública visando a nulidade do contrato de concessão firmado entre Rio Grande Ambiental e a Municipalidade local, questionando especialmente a remuneração por usuário único e da fixação do prazo contratual em 20 anos, o que estaria em desacordo com o artigo 2º da Lei 8987/95 e ao artigo 57 da Lei 8666/93. Após sentença que julgou procedente a causa, foi interposto recurso de Apelação pela empresa, que foi improvido pelo 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – TJRS. Levada a discussão ao Supremo Tribunal Federal -STF, referido recurso foi conhecido, porém não foi dado o provimento. Em dezembro/2017, o Ministério Público e a RGA formalizaram acordo em 1ª instância: (i) O município de Rio Grande concordou em contratar a RGA até junho/2018, em caráter emergencial, para os serviços de transbordo, transporte e operação do aterro sanitário; (ii) para os resíduos depositados, as partes concordaram que a RGA operará o aterro sanitário até dezembro/2018, com posterior entrega ao município, observadas as condições previstas pelo órgão ambiental; (iii) em 12/12/2017 foi formalizado o “Termo de Encerramento de Prestação de Serviços” referente a serviços que foram substituídos por outras empresas. A RGA aguarda a homologação do acordo em 1ª Instância, para a posterior desistência nos tribunais superiores. A RGA continuará sua atividade de prestação de serviços locais e regionais para outros clientes.

Nas demonstrações financeiras do exercício de 2017, a controlada RGA constituiu provisão adicional no valor de R\$4.000 para tratamento de chorume conforme nota explicativa nº 24c.

Menção em colaboração premiada e seus eventuais reflexos nas demonstrações financeiras

No âmbito das investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”), em 2016 o Sr. José Sérgio de Oliveira Machado (“Sérgio Machado”), ex-diretor da Transpetro S.A., firmou acordo de colaboração premiada, tendo citado a controlada Essencis Soluções Ambientais S.A. (“Essencis”) em depoimentos já tornados públicos.

A Administração do Grupo Solví, mantendo seu total compromisso de transparência e conduta ética, envidou todos os esforços para: (i) obter maiores informações sobre as alegações; (ii) revisar as transações passadas da controlada Essencis, a fim de identificar qualquer possível evidência de tais alegações; (iii) avaliar a eventual necessidade de melhorias na governança e nos controles internos; (iv) acompanhar eventuais desdobramentos da citada colaboração.

Adicionalmente, contratou serviços independentes de investigação com procedimentos forenses, para apurar a eventual existência de fundamento da delação, já finalizada, que não identificou qualquer evidência das afirmações do Sr. Sérgio Machado.

Até a presente data, o Grupo Solví não tem conhecimento da existência de processo investigativo derivado da citada delação, que envolva seu nome e/ou de seus administradores e executivos.

Em vista do exposto, na avaliação da Administração, não há impactos relacionados a este assunto a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e anos anteriores.

Operação Gramacho e seus reflexos nas demonstrações financeiras

A controlada indireta Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá”) opera a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos - CPTR Marituba/PA. O aterro iniciou suas atividades em 2015 e oferece solução para a destinação final de resíduos domiciliares da região metropolitana de Belém/PA. O CPTR Marituba é o primeiro aterro sanitário da Região Norte e sua abertura permitiu a destinação final de resíduos anteriormente destinados ao “Lixão do Aurá”, atendendo a vigente Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em dezembro de 2017, as controladas Guamá e Revita e a controladora foram alvo de medidas cautelares, entre elas, busca e apreensão coordenada pelo Ministério Público Estadual do Pará, tendo como objeto a procura de provas de supostos crimes ambientais na operação do aterro.

As denúncias propostas pelo Ministério Público estão detalhadas na Nota Explicativa nº35. Na opinião de nossos assessores jurídicos, bem como em laudos contratados de especialistas em meio ambiente e saúde, que concluíram que não houve a contaminação atmosférica, do solo ou da água e nem tampouco aumento nos casos de doenças, assim, tais denúncias carecem de sustentação probatória, dado que não há evidências de que problemas operacionais pontuais e isolados tenham causado danos ambientais. Desde então, a controlada indireta Guamá vem investindo no atendimento às exigências impostas pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMAS e conta, desde abril/2017, com a presença diária de três co-gestores nomeados pela Justiça Estadual local, que atuam diretamente no Aterro.

Pelas características de clima e região, a operação do Aterro traz desafios, especialmente no tratamento de chorume. O alto índice pluviométrico acarreta geração de percolato acima dos níveis médios verificados em outras regiões, o que se soma à inexistência de capacidade de tratamento em estações existentes na região. A solução, atualmente adotada pela controlada

Guamá constitui-se da operação de equipamentos de osmose reversa, complementada pela remoção por meio terrestre até Pernambuco, a mais de 2.000 km de distância, elevando os custos operacionais de maneira relevante. Em paralelo, a controlada indireta Guamá segue investindo na viabilização de solução de tratamento sustentável para o empreendimento e municípios por ela atendidos.

Nas demonstrações financeiras do exercício de 2017, a controlada Guamá constituiu provisão no valor de R\$30.000 para tratamento do excesso de chorume conforme nota explicativa nº 24c, e também *impairment* de 100% dos ativos não depreciados, no valor de R\$17.739 conforme nota explicativa nº17.

Temos convicção de que os fatos serão esclarecidos e que a continuidade das atividades da controlada Guamá trará benefícios para a população e ao meio ambiente, assim como ocorre nos mais de 30 aterros sanitários, no Brasil e no exterior, operados pelo Grupo Solvi com reconhecida expertise e elevados padrões técnicos.

Atividades operacionais sendo desenvolvidos com contratos emergências:

- A Controlada indireta Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A. (“INOVA”) sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de prestação de serviços indivisíveis de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum do município de São Paulo, varrição e asseio de vias e logradouros públicos, correspondente ao denominado Agrupamento Noroeste do Município de São Paulo. O contrato de prestação de serviços original encerrou-se em 16 de dezembro de 2016 e foi prorrogado por mais um período, finalizando-se de forma definitiva em 14 de dezembro de 2017. Em 15 de dezembro de 2017, a INOVA firmou novo contrato de prestação de serviços em caráter emergencial junto à Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo. O prazo de vigência desse contrato é de 180 dias corridos contados a partir de 16 de dezembro de 2017. Como parte do plano da sua continuidade operacional, a INOVA considerou a sua participação no processo de licitação para Concessão Pública da Prefeitura do Município de São Paulo e caso não saia vencedora dessa licitação planeja continuar com as atividades.
- A controlada indireta SBC Valorização de Resíduos Ltda. (“SBC”) - sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de promover a concessão de Parceria Público Privada para outorga do sistema integrado de manejo e gestão de resíduos sólidos no Município de São Bernardo do Campo - SP. O contrato de prestação de serviços original foi rescindido amigavelmente e de forma antecipada, mediante ao Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual datado de 05 de julho de 2017, nesse mesmo Instrumento ficou acordado que a controlada prestaria o serviço por até 180 dias.

Em julho de 2017 foi assinado o Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual entre a controlada e o Município de São Bernardo do Campo onde estabeleceu-se *i*) o pagamento pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo o valor de R\$74.250 (setenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta reais) em quatro datas, já realizados; *ii*) a prestação dos serviços essenciais sob o valor mensal de R\$8.250 (oito milhões, duzentos e cinquenta mil), pelo prazo de 180 dias, a contar da assinatura do instrumento, ou até a finalização de um novo processo licitatório para a contratação dos serviços (com pagamento regular até o momento); *iii*) a contratação, pelo Poder Concedente, de auditoria independente, de ilibada reputação, para avaliar os saldos devedores do contrato, trabalho que está em curso, tanto pela empresa especializada contratada pelo município, quanto pela empresa especializada contratada pela empresa, que tem por objetivo realizar o acompanhamento dos trabalhos. Em 26 de dezembro de 2017 foi prorrogado o Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual para mais 180 dias a contar de 01 de

janeiro de 2018. Até 31 de dezembro de 2017 não houve o encerramento definitivo do contrato, e a SBC mantém a prestação dos serviços até que as partes concluam o processo.

Alteração do capital social da Companhia:

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 27 de novembro de 2017, foi aprovada a cisão de 27.61% do patrimônio líquido da Solvi, que equivale a R\$413.730. O acervo contábil cindido da Solvi, integralizado no capital da Servy Investimentos S.A segue abaixo demonstrado. Com a cisão o capital da Solvi foi reduzido de R\$415.000 para R\$1.270.

O balanço patrimonial da Solvi Participações S.A em 31/10/2017 é conforme segue:

	Parcela cindida da Solvi em 31/10/2017	cindida a ser vertida à GPO	cindida a ser vertida à Servy
Ativo total	439.322	314.314	125.008
Investimento	35.667	6.820	28.847
Partes relacionadas	403.655	307.494	96.161
Passivo total	25.592	21.648	3.944
Partes relacionadas	25.592	21.648	3.944
Integralização de Capital	413.730	292.666	121.064

Com a cisão parcial, o capital social da Solvi sofreu uma redução no mesmo valor da parcela cindida de R\$413.730 e o cancelamento de 413.730 ações, desta forma passou para o montante de R\$1.270 dividido em 1.270 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de um real cada um, totalmente subscrito e integralizado.

Em 19 de dezembro de 2017, conforme Ata de Assembleia, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia em R\$413.730 passando o capital de R\$1.270 para R\$415.000, conforme nota explicativa nº27.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do grupo Solvi está apresentada na nota explicativa nº7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração do Grupo Solví definiu que sua moeda funcional é o Real, conforme requerido pela Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 7 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras, e as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, em linha com definição de anos anteriores, uma vez que o ambiente econômico principal em que opera é aquele em que o Grupo Solví fundamentalmente gera e desembolsa caixa, e o Real também é a moeda que mais influencia os preços de bens e serviços e na qual são obtidos os recursos das atividades de financiamento.

Transações em moeda diferente da funcional são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda diferente da funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda diferente da funcional são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, sendo os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica denominada ajuste acumulado de conversão.

As demonstrações financeiras das controladas estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional apresentadas a seguir:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda</u>
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	Dólar
Vega Perú S.A.	Sol Novo Perú
Innova Ambiental S.A.	Sol Novo Perú
Vega Sucursal Perú	Sol Novo Perú
Vega Sucursal Bolívia	Peso Boliviano
Vega Sucursal Argentina	Peso Argentino

Respectivamente, para a moeda de apresentação, Reais, utilizando o seguinte procedimento:

- Os ativos e passivos foram convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do balanço.
- O patrimônio líquido foi convertido a valor histórico de formação.
- Receitas e despesas foram convertidas utilizando-se a taxa média de cada mês.

As variações cambiais resultantes da conversão acima citada não são reconhecidas no resultado, pois as mudanças nas taxas cambiais têm pouco ou nenhum efeito direto sobre os fluxos de caixa atuais e futuros de operações, sendo, portanto, registradas na conta específica do patrimônio líquido denominada ajustes acumulados de conversão.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Solví e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº12 - contas a receber: Apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber;
- Nota explicativa nº16 - consolidação: Determinação se o Grupo Solví detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa nº16 - classificação de negócios em conjunto; e
- Nota explicativa nº20 - arrendamento: Determinação se um contrato contém um arrendamento.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº17 e 18 - análise de redução ao valor recuperável;
- Nota explicativa nº17 e 18 - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e a amortização;
- Notas explicativas nº24 - reconhecimento e mensuração de provisões para urbanização de aterro e contingências: Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº26 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo Solví requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo Solví estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo Solví usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo Solvi reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

O Grupo Solvi revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então o Grupo Solvi analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é o montante estimado pelo qual o ativo imobilizado poderia ser negociado na data de aquisição entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para itens similares, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado quando apropriado. Custo de substituição depreciado reflete ajustes por deterioração física, assim como obsolescência funcional e econômica.

(ii) Ativos intangíveis

O valor justo dos relacionamentos com clientes adquiridos em uma combinação de negócios é apurado por meio do método de lucros excedentes de multiperíodos, por meio do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte da geração dos respectivos fluxos de caixa.

O valor justo de outros ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que resultem do uso e eventual venda dos ativos.

(iii) Estoques

O valor justo de estoques adquiridos em uma combinação de negócios é apurado baseando-se no preço de venda estimado no curso normal de atividades do negócio, menos os custos estimados de conclusão e despesas de venda, e em uma razoável margem de lucro baseada no esforço exigido para concluir e vender os estoques.

(iv) Contas a receber de clientes e outros créditos

Os valores justos de contas a receber e outros créditos, excluindo construção em andamento, são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos

a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras.

(v) Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Reapresentação de valores correspondentes

Durante o exercício de 2017, identificou-se que à controlada Revita Engenharia S.A. reapresentou suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionadas aos valores correspondentes de anos anteriores ao erro proveniente da falta de compensação entre ativos e passivos fiscais diferidos quando da mesma entidade e ausência de amortização do ativo direito de concessão de sua controlada Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A. Consequentemente, o ativo e passivo fiscal diferidos, investimento da Companhia e o intangível foi afetado, porém não de forma relevante. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos respectivos exercícios anteriores.

As tabelas a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras individuais:

(i) **Balanco Patrimonial**

	Impactos da retificação de erros					
	Em 31 de dezembro de 2016			Em 1o. de janeiro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Investimentos	1.320.530	(11.883)	1.308.647	1.218.979	(7.427)	1.211.552
Outros	213.326	(578)	212.748	468.233	-	468.233
Total do ativo	1.533.856	(12.461)	1.521.395	1.687.212	(7.427)	1.679.785
Passivo						
Outros	291.280	(578)	290.702	337.623	-	337.623
Total do passivo	291.280	(578)	290.702	337.623	-	337.623
Patrimônio líquido						
Outros	420.561	-	420.561	428.383	-	428.383
Reserva de lucros	822.015	(11.883)	810.132	921.206	(7.427)	913.779
Total do patrimônio líquido	1.242.576	(11.883)	1.230.693	1.349.589	(7.427)	1.342.162
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.533.856	(12.461)	1.521.395	1.687.212	(7.427)	1.679.785

(ii) **Demonstrações do resultado**

	Impactos da retificação de erros		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(51.645)	(4.456)	(56.101)
Outros	180.665	-	180.665
Lucro líquido do exercício	129.020	(4.456)	124.564
Ajuste acumulado de conversão de balanço	(7.822)	-	(7.822)
Resultado abrangente da Companhia	121.198	(4.456)	116.742

As tabelas a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Balanço Patrimonial

	Impactos da retificação de erros					
	Em 31 de dezembro de 2016			Em 1o. de janeiro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Ativo fiscal diferido	93.065	(29.977)	63.088	70.014	(27.913)	42.101
Intangível	1.103.279	(23.301)	1.079.978	1.124.411	(14.564)	1.109.847
Outros	2.700.729	-	2.700.729	2.725.353	-	2.725.353
Total do ativo	3.897.073	(53.278)	3.843.795	3.919.778	(42.477)	3.877.301
Passivo						
Passivo fiscal diferido	183.763	(29.977)	153.786	227.279	(27.913)	199.366
Outros	2.371.234	-	2.371.234	2.247.859	-	2.247.859
Total do passivo	2.554.997	(29.977)	2.525.020	2.475.138	(27.913)	2.447.225
Patrimônio líquido						
Outros	420.561	-	420.561	428.383	-	428.383
Reserva de lucros	822.015	(11.883)	810.132	921.206	(7.428)	913.778
Total do patrimônio líquido dos controladores	1.242.576	(11.883)	1.230.693	1.349.589	(7.428)	1.342.161
Participação dos não controladores	99.500	(11.418)	88.082	95.051	(7.136)	87.915
Total do patrimônio líquido	1.342.076	(23.301)	1.318.775	1.444.640	(14.564)	1.430.076
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.897.073	(53.278)	3.843.795	3.919.778	(42.477)	3.877.301

(ii) Demonstrações do resultado

	Impactos da retificação de erros		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.948)	(8.737)	(16.686)
Outros	194.173	-	194.173
Lucro líquido do exercício	186.225	(8.737)	177.488
Ajuste de conversão de balanço	(9.533)	(8.737)	(18.270)
Resultado abrangente total	176.692	(8.737)	159.218

Durante o exercício de 2016, a Companhia realizou empréstimos a partes relacionadas por meio de contrato de mútuo. De acordo com o item 16 (e) do CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, essa transação deverá ser apresentada na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimento. Entretanto, a transação foi apresentada como atividade operacional na demonstração do fluxo de caixa erroneamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Conseqüentemente, a apresentação da demonstração do fluxo de caixa foi afetada de forma relevante. O erro foi corrigido pela reapresentação do valor correspondente do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A tabela a seguir resume o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia nas demonstrações de fluxo de caixa:

(i) Demonstrações do fluxo de caixa (individual)

	Impactos da retificação de erros		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES FINANCIAMENTOS			
Partes relacionadas - mútuos a receber	(84.263)	84.263	-
Outros	154.599	-	154.599
Total fluxo de caixa de atividades operacionais	70.336	84.263	154.599
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Partes relacionadas - mútuos a receber	-	(84.263)	(84.263)
Outros	(6.126)	-	(6.126)
Total fluxo de caixa de Atividades de investimentos	(6.126)	(84.263)	(90.389)

(ii) Demonstrações do fluxo de caixa (Consolidado)

	Impactos da retificação de erros		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES FINANCIAMENTOS			
Partes relacionadas - mútuos a receber	(107.407)	107.407	-
Outros	308.982	-	308.982
Total fluxo de caixa de atividades operacionais	(201.575)	107.407	308.982
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Partes relacionadas - mútuos a receber	-	(107.407)	(107.407)
Outros	(162.933)	-	(162.933)
Total fluxo de caixa de Atividades de investimentos	(162.933)	(107.407)	(270.340)

7 Principais políticas contábeis

O Grupo Solví aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- a.* Base de consolidação
- b.* Receita operacional
- c.* Receitas financeiras e despesas financeiras
- d.* Transações em moedas estrangeiras
- e.* Benefícios a empregados
- f.* Imposto de renda e contribuição social
- g.* Ativos mantidos para venda
- h.* Imobilizado
- i.* Ativos intangíveis e ágio
- j.* Instrumentos financeiros
- k.* Redução ao valor recuperável (*Impairment*)
- l.* Provisões
- m.* Arrendamentos
- n.* Subvenções governamentais
- o.* Demonstrações de valor adicionado

a. Base de consolidação

Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para o Grupo Solví. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

Participação de acionistas não controladores

O Grupo Solví elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo Solví em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Controladas

O Grupo Solví controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando da perda de controle, o Grupo Solví desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo Solví retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo Solví em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo Solví, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controla ou tenha o controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual por meio do qual o Grupo Solví possui controle compartilhado e tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo Solvi no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixar de existir.

A relação de empresas que compõe os investimentos do Grupo Solvi estão relacionadas no investimento, conforme nota explicativa nº16.1.

A posição patrimonial dos investimentos em entidades controladas em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é apresentada a seguir:

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017									
Em milhares de R\$	Manaus	CSN	Essencis MG	Viasolo	BOB	EMTR	Limpar	Outros Investimentos	Total
Ativo Circulante	340.122	1.916	13.825	35.329	18.187	25.970	37.176	47.765	520.290
Ativo não circulante	729.419	618.879	56.234	43.502	34.528	25.838	15.651	164.425	1.688.476
ATIVO TOTAL	1.069.541	620.795	70.059	78.831	52.715	51.808	52.827	212.190	2.208.766
Passivo Circulante	292.672	384	16.254	19.725	24.428	120	34.180	70.305	458.068
Passivos não circulantes	160.015	1.919	27.582	16.653	29.574	-	4.628	155.145	395.516
Patrimônio líquido	616.854	618.492	26.223	42.454	(1.287)	51.688	14.018	(13.260)	1.355.182
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.069.541	620.795	70.059	78.832	52.715	51.808	52.826	212.190	2.208.766
% PARTICIPAÇÃO	74,50	74,50	66,67	51	51	27,5	60		

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016									
Em milhares de R\$	Manaus	CSN	Essencis MG	Viasolo	BOB	EMTR	Limpar	Outros Investimentos	Total
Ativo Circulante	264.905	1.551	13.771	30.885	19.808	34.898	61.758	32.166	459.742
Ativo não circulante	694.343	574.971	59.210	38.398	33.724	17.316	13.059	126.952	1.557.973
ATIVO TOTAL	959.248	576.522	72.981	69.283	53.532	52.214	74.817	159.118	2.017.715
Passivo Circulante	234.007	106	18.179	17.685	28.914	143	63.023	49.846	411.902
Passivos não circulantes	150.793	416	29.030	18.907	23.331	-	732	146.401	369.609
Patrimônio líquido	574.448	576.000	25.772	32.691	1.287	52.071	11.061	(37.129)	1.236.201
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	959.248	576.522	72.981	69.283	53.532	52.214	74.816	159.118	2.017.712
% PARTICIPAÇÃO	74,50	74,50	66,67	51	51	27,5	60		

O resultado apurado no exercício de 2017 e de 2016 por estes investimentos é demonstrado abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017									
Em milhares de R\$	Manaus	CSN	Essencis MG	Viasolo	BOB	EMTR	Limpar	Outros investimentos	Total
Lucro operacional antes dos impostos e resultado financeiro	68.393	42.586	9.460	8.495	(276)	1.215	12.588	26.322	168.783
Resultado Financeiro	(18.460)	(91)	(2.772)	(2.519)	(3.621)	(832)	(2.768)	(17.764)	(48.827)
Lucro antes dos impostos	49.933	42.495	6.689	5.976	(3.897)	383	9.820	8.558	119.957
Imposto de renda e contrinuição social	(7.528)	(4)	(2.173)	(660)	1.323	-	(3.228)	(6.247)	(18.517)
Resultado do exercício	42.405	42.491	4.516	5.316	(2.574)	383	6.592	2.311	101.440

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016									
Em milhares de R\$	Manaus	CSN	Essencis MG	Viasolo	BOB	EMTR	Limpar	Outros investimentos	Total
Lucro operacional antes dos impostos e resultado financeiro	54.632	52.305	11.085	3.894	406	(1.331)	13.226	(7.066)	127.151
Resultado Financeiro	(15.016)	20	(973)	(1.381)	(5.205)	4.090	(6.224)	(18.328)	(43.017)
Lucro antes dos impostos	39.616	52.325	10.112	2.513	(4.799)	2.759	7.002	(25.394)	84.134
Imposto de renda e contrinuição social	11.849	(10)	(3.397)	(728)	1.538	(911)	(2.497)	(6.012)	(168)
Resultado do exercício	51.465	52.315	6.715	1.785	(3.260)	1.848	4.505	(31.406)	83.967

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo Solví na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para o Grupo Solví e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços.

Receita de serviços prestados - Resíduos

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado.

As controladas que operam contratos de concessão de serviços públicos reconhecem suas receitas de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato.

Receita de venda de produtos e serviços prestados - Agronegócios

Receitas provenientes da venda de fertilizantes orgânicos produzidos a partir do processo de compostagem de resíduos industriais são mensuradas pelos valores justos das contraprestações recebidas ou a receber, deduzidas de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos. Na maior parte das transações do Grupo, a contraprestação é feita na forma de caixa ou equivalente de caixa e o valor da receita é o valor recebido ou a receber.

As receitas de venda de produtos são reconhecidas quando entregues (ou quando o Grupo transfere para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens). As receitas com prestação de serviços são reconhecidas quando os serviços são efetivamente prestados.

Receita de serviços prestados - Saneamento

O Grupo Solví presta serviços públicos e de administração de infraestrutura referente ao fornecimento de água e nos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários na condição de concessionária.

O fornecimento de água e os serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários não faturados até a data do balanço são mensurados e registrados contabilmente, a fim de possibilitar a contraposição dos custos e das receitas no respectivo exercício.

As receitas provenientes dos serviços de abastecimento de água são reconhecidas com base no volume entregue aos clientes, registrados em medidores.

Receita de serviços prestados - Valorização energética

As receitas com a venda de energia elétrica renovável é produzida dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários, agregando valor aos serviços de destinação final de resíduos públicos, prestados por entidades do Grupo.

O Grupo Solvi registra os valores contratuais no sistema de contabilização da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e a compradora deverá validar o registro para que ocorra a transferência pela vendedora à compradora de todos os direitos sobre a energia no ponto de entrega de acordo com as regras e procedimento de comercialização ente as partes.

Contrato de construção

A receita de construção do Grupo Solvi está inserida nos contratos de concessão tratados na nota explicativa nº36. As receitas de contratos de construção são reconhecidas na proporção da conclusão do estágio de andamento do bem reversível. O planejamento de execução de obras de bens reversíveis é definido em contrato de concessão.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação monetária, descontos obtidos, empréstimos a receber e receita de juros sobre contrato de mútuos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, multas e moras financeiras, ajustes a valor presente das contas a receber, variação monetária, custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, despesas de juros sobre contratos de mútuo e juros sobre financiamentos.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

d. Transações em moeda estrangeira

Transações de operações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio utilizando-se a taxa média de cada mês.

e. Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo Solví tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

iii) Participação nos lucros

O Grupo Solví reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiram a maneira sob a qual o Grupo Solvi espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

(iii) Incentivo fiscal

O incentivo fiscal tem como fonte a redução de imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração, e destinam-se às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos.

As controladas indiretas Termoverde Salvador S.A. e Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. e a controlada em conjunto Manaus Ambiental S.A e Viasolo Engenharia Ambiental S.A., possuem incentivo fiscal que reduz o Imposto de Renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

g. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimentos e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo Solví.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo Solví obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão definidas na nota explicativa nº17.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

i. Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(ii) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

(iii) Bens reversíveis

São os bens diretamente vinculados ao contrato de concessão reversíveis ao poder concedente no encerramento do Contrato de Concessão, se previsto em contrato.

Alguns contratos preveem que o Grupo Solví terá direito à indenização correspondente aos investimentos efetuados durante a concessão, com relação aos bens reversíveis ainda não totalmente amortizados, desde que realizados para garantir a continuidade dos serviços abrangidos pelo contrato.

Como ocorre em contratos semelhantes aos do Grupo Solví, quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão registrados como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão como ativo intangível requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão, conforme segue:

- Contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao Concessionário.
- A parte que concede o contrato de prestação de serviço (Concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço.
- O Concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do Poder Concedente.
- O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo Concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência.
- O Concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder Concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por valor residual ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pelo Grupo Solví sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no ICPC 1 (R1) – Contratos de concessão, quando:

- a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço;
- b) O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão;

O Concessionário possui o direito de receber remuneração sobre os serviços de construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- a) Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei;
- b) Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

(iv) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

(v) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) *Amortização*

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritos na nota explicativa nº18.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. O ágio não é amortizado.

j. *Instrumentos financeiros*

O Grupo Solví classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

O Grupo Solví classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

i. *Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

O Grupo Solví reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo Solví desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo Solví transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo Solví nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo Solví desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo Solví tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos

financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

iii. Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

iv. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a. Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo Solví em condições que o Grupo Solví não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo Solví considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individual como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente

quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo Solví utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

c. *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo Solví, que não os imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

O Grupo Solví considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não

tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo Solví utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo Solví considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados.

Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

e. Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Grupo Solví possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, o Grupo Solví determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo Solví separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Se o Grupo Solví conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo fundamental; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa incremental de captação do Grupo Solví.

(ii) Ativos arrendados

Ativos mantidos pelo Grupo Solví sob arrendamentos que transferem para o Grupo Solví substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como

arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo Solví.

(iii) *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

n. *Subvenções governamentais*

Manaus Ambiental S.A.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2021.

A Manaus Ambiental S.A. em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do Imposto de Renda em atividades diretamente ligadas a produção ou operação na área de atuação da SUDAM.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

Battre - Bahia Transfêrencia e Tratamento de Resíduos Ltda.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2023, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. em contrapartida deverá atender algumas obrigações como o cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção ao meio ambiente e a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

Termoverde Salvador S.A.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2022, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Termoverde Salvador S.A. em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ em atividades diretamente ligadas a produção ou operação na área de atuação da SUDENE.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A. - Filial Montes Claros - MG

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação, concedeu redução de 75% do Imposto de Renda e adicional para a filial de Montes Claros - MG da controlada em conjunto Viasolo, calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2025.

A Viasolo em contrapartida deverá atender algumas obrigações como o cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção ao meio ambiente e a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

o. Demonstração do valor adicionado

O Grupo Solví elabora a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante das suas demonstrações financeiras para as IFRS representam informação financeira suplementar.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. O Grupo Solví não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9- Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39– Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na CPC 38 / IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, o Grupo não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos e financiamentos que são mensurados a valor justo.

O CPC 38 / IAS 39 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

De acordo com o CPC 48 / IAS 39, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O Grupo acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) deverão aumentar e torna-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48 / IFRS 9, pois serão considerados, para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa, além dos títulos vencidos, também os títulos a vencer.

A Administração do Grupo avaliou a norma e, em virtude do atual estágio das análises - que envolve uma adaptação no sistema de gestão, não foi possível estimar de forma razoavelmente confiável qual o impacto a ser considerado em função dessa mudança.

(ii) CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contrato com clientes

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 Receitas, entre outras.

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bem ou serviços para um cliente.

As 5 etapas são: 1) identificar os contratos com o cliente; 2) identificar as obrigações de desempenho do contrato; 3) determinar o preço da transação; 4) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho do contrato; e 5) reconhecer a receita quando (ou na medida que) a entidade satisfaz as obrigações de desempenho.

Até o momento, com base em sua avaliação preliminar, o Grupo não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18) em relação

ao reconhecimento da receita. Contudo espera-se que as notas explicativas às demonstrações financeiras venham a ser ampliadas.

O Grupo não adotou antecipadamente essa norma. A Administração do Grupo está avaliando a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, sejam elas no resultado do exercício, bem como em seu patrimônio líquido.

(iii) CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Arrendamentos)

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. O Grupo pretende aplicar a o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

9 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de risco financeiro

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo Solví para cada um dos riscos abaixo, os objetivos do Grupo Solví, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital do Grupo Solví.

As atividades do Grupo Solví o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho do Grupo Solví tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho.

- ***Risco de mercado***

Risco de câmbio

As operações efetuadas pelo Grupo Solví no mercado interno não são afetadas pela variação cambial. As operações originadas das controladas diretas e indiretas no exterior são realizadas em outras moedas diferentes do Real e estão expostas ao risco de variação cambial. Esse risco é limitado aos valores reconhecidos pelo Grupo Solví em investimentos e resultado de equivalência patrimonial.

Abaixo apresentamos os principais valores, já convertidos em reais, que poderão sofrer alterações decorrentes da flutuação da cotação das moedas: dólar americano (USD), sol peruano (SOL), boliviano (BOL) e peso argentino (ARS).

	Vega			Cia		
	Sucursal	Sucursal	Sucursal	Cia de	Innova	Vega
	Peru	Bolívia	Argentina	Inversiones	Perú	Peru
Ativo	1.185	69.281	8.960	78.216	72.121	119.970
Ativo circulante	482	47.061	549	628	56.912	89.821
Ativo não circulante	591	11.665	-	11.278	297	-
Ativo permanente	112	10.555	8.411	66.310	14.912	30.149
Passivo	1.185	69.281	8.960	78.216	72.121	119.970
Passivo circulante	16.926	61.967	922	275	35.967	8.274
Passivo não circulante	5.363	-	2.202	-	2.614	49.336
Patrimônio líquido	(21.104)	7.314	5.836	77.941	33.540	62.360
Moeda local	SOL	BOL	ARS	USD	SOL	SOL

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

R\$	2017	2016
USD	3,31	3,26
Sol Peruano	0,98	1,03
Boliviano	2,10	2,13
Peso Argentino	5,67	4,86

Análise de sensibilidade

Uma valorização (ou desvalorização) do peso argentino, dólar americano, sol peruano e boliviano contra qualquer outra moeda em 31 de dezembro de 2017, teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e aumentado (reduzido) o patrimônio apresentado através dos cenários II e III que foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável de acordo com os montantes demonstrados abaixo.

Exposição Patrimonial	Exposição (patrimônio líquido) R\$	Cotação em real do câmbio em 31/12/2017	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
USD	77.941	3,31	77.941	97.426	116.912	58.456	38.971
BOL	7.314	2,10	7.314	9.143	10.971	5.486	3.657
ARS	5.836	5,67	5.836	7.295	8.754	4.377	2.918
SOL	74.796	0,98	74.796	93.495	112.194	56.097	37.398
		Efeito		<u>(41.472)</u>	<u>82.944</u>	<u>41.472</u>	<u>82.944</u>

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que o Grupo Solvi considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo Solvi decorre, substancialmente, de empréstimos, financiamentos e debêntures. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

O Grupo Solvi realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição Patrimonial	Taxa de juros - média Efetiva em 31/12/2017	Cenários				
		I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
		Consolidado				
Empréstimos e financiamentos	9,47%	843.387	854.831	866.273	831.943	820.491
Debêntures	9,89%	838.851	839.288	839.725	838.414	837.987
	Efeito no resultado		<u>11.881</u>	<u>23.760</u>	<u>(11.881)</u>	<u>(23.760)</u>

Este risco surge da possibilidade que o Grupo Solvi pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos, financiamentos e debêntures.

O Grupo Solvi monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos de concessão, reajustados anualmente com base na variação do IGP-M e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em consideração as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às características próprias da concessão. O contrato de concessão deve permitir que serviços e tarifas sejam periodicamente revisados, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não prejudicar a qualquer uma das partes envolvidas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes públicos e privados, incluindo contas a receber em aberto.

Risco de contrato de concessão

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

Concentração de receitas

Conforme comentado anteriormente, parte das receitas com prestações de serviços é advinda de controladas constituídas com o propósito específico de executar serviços de limpeza, de coleta, tratamento e destinação final de resíduos para uma única municipalidade, possuindo, portanto, um único cliente. Por prestarem serviços essenciais e de utilidade pública, o risco do Grupo Solví deixar de receber de seus clientes pode ser considerado mínimo. O máximo que pode ocorrer quando o cliente apresentar problemas orçamentários temporais é querer postergar o pagamento, porém, nesses casos, não há um histórico efetivo de perda de crédito.

- **Risco de créditos**

Risco de crédito é o risco do Grupo Solví incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo Solví.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota	Consolidado	
	Explicativa	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	11	119.342	142.104
Títulos e valores mobiliários	11	17.556	2.725
Contas a receber	12	664.753	656.079
Ativo Financeiro	36.2	49.239	67.391
Mútuos a receber de partes relacionadas		94.553	182.110
Outras contas a receber		41.298	28.052
Dividendos a receber		7.594	9.143
Ativos mantidos para venda	15	470.000	-
		1.464.335	1.087.604

Para mitigar o risco de possibilidade do Grupo Solví ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, o Grupo Solví adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

- **Risco de liquidez**

A liquidez do Grupo Solví depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que o Grupo Solví disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações.

O quadro abaixo analisa os passivos do Grupo Solví, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2017	Consolidado					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Projetado	Valor Contábil
Empréstimos e financiamentos(a)	367.743	160.641	340.811	87.155	956.350	843.387
Fornecedores e outras contas a pagar	238.994	3.415	-	-	242.409	242.409
Notas promissórias	6.050	-	-	-	6.050	6.050
Mútuos a pagar a partes relacionadas	138	7.299	-	-	7.437	7.437
Dividendos a pagar	61.347	-	-	-	61.347	61.347
Debêntures(a)	129.041	186.808	570.988	12.926	899.763	838.851
	803.313	358.163	911.799	100.081	2.173.356	1.999.481

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

- **Gerenciamento de capital**

Os objetivos do Grupo Solví durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir esses custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, o Grupo Solví, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

O Grupo Solví adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total dos passivos circulantes e não circulantes, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentado no balanço patrimonial consolidado.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
Total do passivo circulante e não circulante	2.626.806	2.525.020
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(119.342)	(142.104)
Dívida líquida	2.507.464	2.382.916
Patrimônio líquido	1.042.458	1.318.775
Índice de alavancagem	2,41	1,81

• **Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

			Consolidado			
			2017		2016	
Hierarquia	Valor justo	Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	119.342	119.342	142.104	142.104
Contas a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	664.753	664.753	656.079	656.079
Outras contas a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	41.298	41.298	28.052	28.052
Mútuo a receber de partes relacionadas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	94.553	94.553	41.541	41.541
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	17.556	17.556	2.725	2.725
Dividendos a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	7.594	7.594	9.143	9.143
Ativo financeiro	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	49.239	49.239	67.391	67.391
Ativos mantidos para venda	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	470.000	470.000	-	-
Total			1.464.335	1.464.335	947.035	947.035
Passivos financeiros:						
Dividendos e juros de capital próprio	Nível 2	Passivo financeiro ao custo amortizado	61.347	61.347	59.815	59.815
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Passivo financeiro ao custo amortizado	242.409	242.409	230.237	230.237
Mútuo a pagar a partes relacionadas	Nível 2	Passivo financeiro ao custo amortizado	7.437	7.437	12.167	12.167
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Passivo financeiro ao custo amortizado	843.387	843.387	871.377	871.377
Debêntures	Nível 2	Passivo financeiro ao custo amortizado	838.851	838.215	798.577	798.461
Notas promissórias	Nível 2	Passivo financeiro ao custo amortizado	6.050	6.050	6.050	6.050
Total			1.999.481	1.998.845	1.978.223	1.978.107

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, o Grupo entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas

podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

10 Aspectos ambientais

As operações do Grupo Solvi estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são mitigados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

O Grupo Solvi realiza mensalmente provisão para fechamento e pós-fechamento para monitoramento dos aterros e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, vide nota explicativa nº24b.

O Grupo Solvi mantém provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, apenas para a controlada Guamá Tratamento de Resíduos Ltda com base na nota explicativa nº 24c.

Para as demais empresas, o Grupo Solvi não vê a necessidade de constituir provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, por conta dos fatores acima mencionados.

11 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	8	11	543	582
Bancos	185	51	37.934	28.035
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	3.569	80.865	113.487
Total	193	3.631	119.342	142.104

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 83,33% (83,31% em 2016), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

O Grupo Solvi cedeu parte dos seus depósitos bancários à vista no montante de R\$17.556 para garantia de empréstimos bancários. Estão registrados como títulos e valores mobiliários, a quantia de R\$1.595 no ativo circulante e R\$15.961 (R\$2.725 em 2016) no ativo não circulante.

A exposição do Grupo Solvi aos riscos de taxas de juros e de liquidez é divulgada na nota explicativa nº9.

12 Contas a receber

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Cientes Públicos:					
Valores faturados		-	-	303.605	269.658
Medições a faturar		-	-	189.514	133.295
Total Público		-	-	493.119	402.953
Cientes Privados:					
Valores faturados		348	-	97.084	118.293
Medições a faturar		-	-	58.453	76.963
Crédito de Carbono		-	-	5.532	9.291
Total Privados		348	-	161.069	204.547
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(26.652)	(26.642)
Total de contas a receber de clientes		348	-	627.536	580.858
Partes relacionadas	22	4.499	117.625	37.217	75.221
Total		4.847	117.625	664.753	656.079
Ciculante		4.847	5.194	646.211	628.586
Não circulante		-	112.431	18.452	27.493

A exposição ao risco de crédito do Grupo está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

O aging list do contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valores a vencer	2.140	116.030	234.383	214.481
Vencidos:				
Até 30 dias	155	181	149.178	157.068
Entre 31 e 60 dias	252	33	15.352	17.056
Entre 61 e 90 dias	-	37	16.588	7.712
Entre 91 e 180 dias	18	118	19.348	20.422
Entre 181 e 360 dias	380	351	35.739	60.858
Acima de 360 dias	1.902	875	220.817	205.124
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(26.652)	(26.642)
Total	4.847	117.625	664.753	656.079

Os saldos vencidos a mais de 180 dias, a maior parte refere-se a clientes públicos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considera exclusivamente clientes privados, foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos.

O Grupo Solvi não constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para clientes públicos tendo em vista o histórico de recebimento. Para os clientes públicos vencidos a contabilidade informa os créditos abertos mensalmente, porém, as ações judiciais de cobranças são iniciadas, se for o caso, após a avaliação da diretoria financeira e de operações de negócios.

A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber consolidado possuem montantes vencidos há longa data junto a clientes públicos, sendo R\$7.349 (R\$7.349 em 2016) da Prefeitura do Município de Montes Claros, e R\$32.983 (R\$36.520 em 2016) da Prefeitura de Salvador. Para esses casos, o Grupo Solvi mantém ação judicial de cobrança dos valores a receber em razão da inadimplência acima da média do setor.

Em outubro de 2014, houve confissão de dívida da Prefeitura Municipal de São Leopoldo no montante de R\$23.663, que foram renegociados a serem recebidos em 119 meses. Desde abril de 2015 a Prefeitura parou de efetuar os pagamentos. Este assunto está sendo tratado judicialmente, atualmente o valor está em R\$31.443. Adicionalmente a prefeitura efetuou pagamentos nos meses de Maio e Agosto de 2016 totalizando o valor de R\$1.224 dos títulos renegociados.

Em 2017, os títulos em atraso junto a Prefeitura Municipal de São Bernardo, no montante de R\$61.215 (R\$37.049 em 2016), foram renegociados e os recebimentos foram parcelados.

Em 2016, foi encerrado junto à Prefeitura Municipal de Canoas o contrato de varrição, sendo o contas a receber celebrado contrato de confissão de dívida. Atualmente o Grupo Solvi está apenas administrando o aterro sanitário da prefeitura.

13 Dividendos a receber

O estatuto social ou o contrato social da Companhia e de suas investidas determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório sobre o resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a receber foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como direito no ativo e como obrigação no passivo, respectivamente.

Os dividendos a receber e a pagar são compostos como seguem:

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Controladora				Consolidado			
	Saldo a receber		Saldo a pagar		Saldo a receber		Saldo a pagar	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Controladora:								
<i>Solvi Environment</i>	-	-	18.798	19.157	-	-	18.798	19.157
Controladas:								
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-	999	1.657
<i>Innova Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	-	609	3.182	3.830
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	-	5.731	-	-	-	-	-	-
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	-	2.900	-	-	-	-	-	-
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	9.497	8.834
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	5.580	9.241
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>	-	-	-	-	-	-	10.377	5.330
<i>Riograndense Participações S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	12.898	11.753
<i>São Gabriel Saneamento S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	16	13
<i>Atenta Corretora de Seguros Ltda</i>	157	-	-	-	-	-	-	-
Controladoras em conjunto:								
<i>Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.</i>	-	-	-	-	-	1.468	-	-
<i>Catrimense Engenharia Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	1.871	1.666	-	-
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	-	-	-	-	696	696	-	-
<i>Ecotott Sistemas de Gestão Ltda.</i>	-	-	-	-	1.168	610	-	-
<i>Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.</i>	-	-	-	-	-	3	-	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	-	-	-	-	2.709	4.029	-	-
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	79	62	-	-
<i>GLA - Gestap e Lógica Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	829	-	-	-
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	-	-	-	-	242	-	-	-
Total	157	8.631	18.798	19.157	7.594	9.143	61.347	59.815

Os valores de dividendos a receber estão apresentados pelo saldo líquido já remanescentes dos dividendos propostos e pagos no ano.

14 Imposto a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRPJ	19.623	25.877	49.498	69.202
CSLL	5.980	5.329	13.774	8.607
COFINS	4	5	18.324	19.814
PIS	1	1	3.822	3.857
INSS	-	-	11.297	5.753
ISS	-	-	5.531	1.641
Outros créditos tributários	-	-	2.256	1.728
Total	25.608	31.212	104.502	110.602
Circulante	25.608	31.212	104.502	95.171
Não Circulante	-	-	-	15.431

15 Ativos mantidos para venda

Veja política contábil na nota explicativa nº7g.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração se comprometeu com um plano para vender seu investimento indireto na controlada em conjunto Companhia de Saneamento do Norte. Assim, todo o investimento está como ativo mantido para venda. Os esforços para a venda desse grupo de ativos já se iniciaram e a venda deve ocorrer após a aprovação dos poderes concedentes, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e dos credores.

(a) Perda por redução ao valor recuperável relativa ao ativo mantido para venda

Uma provisão de R\$ 97.789 foi reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e outra de R\$161.038 foi reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas para redução ao valor recuperável sobre o ativo mantido para venda do seu valor contábil ao seu valor justo deduzido de custo para venda foi registrada em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado do exercício (veja nota explicativa nº32).

(b) Ativos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo mantido para venda estava apresentado ao valor justo menos custo para venda no montante de:

		<u>Controladora</u>		
		<u>Participação</u>	<u>2017</u>	
Preço de venda (valor justo)			470.000	(a)
Valor Contábil do Investimento				
Investimento da controlada SPPS na CSN	50%		371.789	
Investimento da controlada EMPPA na CSN	24,50%		259.249	
Perda ao valor recuperável reconhecido na EMPPA			<u>(63.249)</u>	
TOTAL			<u>567.789</u>	(b)
Provisão de redução ao valor recuperável			(97.789)	(a) - (b)

		<u>Consolidado</u>		
		<u>Participação</u>	<u>2017</u>	
Preço de venda (valor justo)			470.000	(a)
Valor Contábil do Investimento				
Investimento da controlada SPPS na CSN	50%		371.789	
Investimento da controlada EMPPA na CSN	24,50%		259.249	
TOTAL			<u>631.038</u>	(b)
Provisão de redução ao valor recuperável			(161.038)	(a) - (b)

(c) Ganhos e perdas acumulados incluídos nos Outros Resultados Abrangentes - ORA

Não há ganhos ou perdas acumuladas incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda.

(d) Mensuração do valor justo

Hierarquia dos valores justos

A mensuração do valor justo foi definida de acordo com o contrato de compra e venda firmado em 21 de fevereiro de 2018 realizado entre partes independentes.

16 Investimentos

16.1 Investimento em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Empresas	Atividade principal	Local principal de operação	Classificação	Participação %	
				2017	2016
Solvi Participações S.A.					
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	Participação em cias. que operam resíduos públicos	Uruguai	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Vega Peru S.A.</i>	Construção	Peru	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Innova Ambiental S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana e coleta)	Peru	Controlada	70,00%	70,00%
<i>Companhia de Projetos Ambientais(*)</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	São Paulo	Incorporada	0,00%	100,00%
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA</i>	Participação em cias. que operam resíduos públicos	São Paulo	Controlada	100,00%	0,00%
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Joinville	Controlada em conjunto	54,00%	54,00%
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Capela Santana	Controlada em conjunto	65,00%	65,00%
<i>Essencis & HPM Tecnologia em Recuperação de Metais Ltda.</i>	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	Belo Horizonte	Controlada em conjunto	34,00%	34,00%
<i>Essencis Ecosystemas Ltda.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Betim	Controlada em conjunto	66,67%	66,67%
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	Resíduos (testes e análises técnicas ambientais)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>GRI - Gerenciamento de resíduos Industriais S.A.</i>	Resíduos privados (gerenciamento e assessoria)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>RLI Revitalização de Lâmpadas Ltda.</i>	Recuperação de lâmpadas e reatores	Americana	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Koleta Ambiental S.A. (a)</i>	Resíduos privados (coleta e transporte)	RJ/SP	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Camaçari	Controlada	57,14%	57,14%
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Benf. de Resíduos Ltda</i>	Tratamento e destinação de resíduos de construção civil	Salvador	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Alfenas Ambiental Trat de Res e Limp Urbana Ltda. (*)</i>	Resíduos públicos (coleta)	Alfenas	Controlada em conjunto	0,00%	51,00%
<i>Battre - Bahia Transferência e Trat. de Resíduos Ltda.</i>	Resíduos públicos (operação de aterro sanitário)	Salvador	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Boechat do Bairro Trat.de Res., Coleta e Conserv. Ltda.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Belford Roxo	Controlada em conjunto	51,00%	51,00%
<i>Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. - EMTR</i>	Resíduos públicos (serviços de transbordo e tratamento de resíduos)	Belo Horizonte	Controlada em conjunto	27,50%	27,50%
<i>Farroupilha - Serv de Limp Urbana e Trat de Resíduos S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Farroupilha	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	Resíduos privados (tratamento e disposição)	Marituba	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Salvador	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%
<i>Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.</i>	Resíduos públicos (conservação e limpeza pública)	São Paulo	Controlada	51,00%	51,00%
<i>Piauí Ambiental S.A. (*)</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Piauí	Incorporada	0,00%	100,00%
<i>Rio Grande Ambiental Serv de Limp Urb e Trat de Resíduos S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Rio Grande	Controlada	100,00%	100,00%
<i>São Carlos Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Trat. de Resíduos Ltda.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São Carlos	Controlada	100,00%	100,00%
<i>SBC Valorização de Resíduos Ltda.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São B. Campo	Controlada	75,00%	75,00%

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Empresas	Atividade principal	Local principal de operação	Classificação	Participação %	
				2017	2016
<i>SL Ambiental - Serv de Limp Urbana e Trat de Resíduos S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São Leopoldo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR (b)</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana e coleta)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A.</i>	Resíduos públicos (coleta e destinação)	São Paulo	Controlada	62,35%	62,35%
<i>GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.</i>	Transporte rodoviário de resíduos, locação de veículos, tratores, máquinas e equipamentos em geral	São Paulo	Coligada	62,30%	0,00%
<i>Riograndense Participações S.A.</i>	Participação em outras empresas	Porto Alegre	Controlada	70,00%	70,00%
<i>Biogás Riograndense Ltda. (c)</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	Minas do Leão	Controlada	70,00%	70,00%
<i>CRVR - Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Minas do Leão	Controlada	70,00%	70,00%
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Minas Gerais	Controlada em conjunto	51,00%	51,00%
<i>Alfenas Ambiental Trat de Res e Limp Urbana Ltda. (*)</i>	Resíduos públicos (coleta)	Alfenas	Controlada em conjunto	26,01%	0,00%
<i>Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Conselheiro Lafaita	Controlada em conjunto	51,49%	51,49%
<i>Resíduo Zero Ambiental S.A.</i>	Resíduos privados (Coleta de resíduos, tratamento de resíduos orgânicos e incineração de resíduos industriais)	Guapo	Controlada em conjunto	30,60%	30,60%
<i>Solvi Participação em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	Participação em empresas de Saneamento	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	Geração e comercialização de energia elétrica	Porto Alegre	Controlada em conjunto	70,00%	70,00%
<i>Termoverde Caieiras S.A.</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Termoverde Salvador S.A. (e)</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	Salvador	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana e coleta)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>São Gabriel Saneamento S.A.</i>	Saneamento (captação, tratamento e distr.de água)	São Gabriel	Controlada	98,00%	98,00%
<i>Ingeniería Y Gestión Ambiental de Residuos S.A. - IGAR</i>	Desenvolvimento de novos negócios na área de resíduos e gestão de obras.	Bolívia	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.</i>	Produção e comercialização de fertilizantes	São Paulo	Controlada em conjunto	64,72%	64,72%
<i>Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP.</i>	Fabricação de adubos e fertilizantes	Aracruz	Controlada em conjunto	53,14%	48,54%
<i>Organoeste Biotecnologia & Participações Ltda.</i>	Holdings de instituições não-financeiras	Curitiba	Controlada em conjunto	64,72%	64,72%
<i>Organoeste Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda.</i>	Fabricação de adubos e fertilizantes	Dourados	Controlada em conjunto	64,72%	64,72%
<i>S.M. Watanabe & Cia Ltda.</i>	Fabricação de produtos químicos orgânicos	Pirapozinho	Controlada em conjunto	64,72%	64,72%
<i>S.M. Watanabe & Filhos Ltda.</i>	Serviços de agronomia e de consultorias agrícolas e pecuárias	Pirapozinho	Controlada em conjunto	64,72%	64,72%

(*) Conforme movimentação societária apresentada na nota explicativa nº 15.2

Informações adicionais sobre composição de capital social:

(a) 56,35% Solvi Participações e 43,66% Essencis Soluções Ambientais

(b) 51% Revita Engenharia e 49% Vega Engenharia Ambiental

(c) 99,73% Riograndense Participações e 0,27% CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

(d) 50% Solvi Participações em Projetos de Saneamento e 24,5% Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA

(e) 51% Solvi Valorização Energética Ltda e 49% Vega Valorização de Resíduos - VVR

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016*

Os saldos dos investimentos são compostos como segue:

Solvi Participações S.A.	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Participações em controladas</u>				
Atenta Corretora de Seguros Ltda.	191	-	-	-
Companhia de Projetos Ambientais S.A.	-	(46.471)	-	-
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	77.941	65.826	-	-
Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA	(70)	-	-	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	324.707	77.090	-	-
Essencis - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	268.252	140.798	-	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	19.013	18.289	-	-
Koleta Ambiental S.A.	12.811	19.594	-	-
Revita Engenharia S.A.	357.607	351.350	-	-
Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.	(4.732)	363.813	-	-
Solvi Valorização Energética Ltda.	12.194	9.331	-	-
Vega Engenharia Ambiental S.A.	54.362	63.195	-	-
	1.122.275	1.062.815	-	-
<u>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</u>				
Essencis Soluções Ambientais S.A.	398.722	199.361	-	-
Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA	39	-	-	-
	398.761	199.361	-	-
<u>Participações em empreendimentos controlados em conjunto</u>				
<i>Participações Diretas</i>				
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.				-
<i>Participações Indiretas</i>				
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	-	-	-	1.616
Biotérmica Energia S.A.	-	-	10	(876)
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.	-	-	(656)	657
Boechat - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	-	790	791
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	-	-	9.588	9.415
Companhia de Saneamento do Norte S.A.	-	-	-	429.120
Companhia de Saneamento do Norte S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos	-	-	-	170.262
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	-	-	4.558	4.496
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	-	-	5	5
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EM TR	-	-	14.214	14.320
Essencis - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos (a)	-	-	39.766	42.852
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	-	17.483	17.182
GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.	-	-	1	-
Hera Ambiental S.A.	-	-	3.876	3.841
Hera - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	-	3.749	3.763
Vega Sucursal LimpAr	-	-	8.411	6.636
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	-	21.652	16.672
	-	-	123.447	720.752
<u>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</u>				
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.	-	-	4.463	4.463
Hera Ambiental S.A.	-	-	2.284	2.284
Biotérmica Energia S.A.	-	-	1.482	1.482
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	-	-	2.187	2.187
	-	-	10.416	10.416
Provisão para perdas nos investimentos (a)	-	46.471	-	-
Total das participações	1.521.036	1.308.647	133.863	731.168

As movimentações dos investimentos são demonstrados a seguir:

Solví Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016*

Movimentação do investimento na controladora

	Saldo em 31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Equivalência sobre baixa de ágio	Aquisição / (Alienação) de investimentos	Ganho / (Perda) investimento	Incorporação / (Cisão) de investidas	Aumento / Redução de capital	Dividendos distribuídos	Variação Cambial	Ativo não circulante mantido para venda	Ativo fiscal diferido reconhecido na controlada	Saldo em 31/12/2017
Atenta Corretora de Seguros Ltda.	-	56	-	1.900	(1.608)	-	-	(157)	-	-	-	191
Companhia de Projetos Ambientais	(46.471)	(64.546)	(333.487)	-	-	(225.530)	670.034	-	-	-	-	-
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	65.826	9.904	-	-	-	-	-	-	2.211	-	-	77.941
Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA	-	(63.249)	-	-	(41.436)	-	259.179	-	-	(154.564)	-	(70)
Essencis Soluções Ambientais S.A.	77.090	19.710	-	-	-	108.743	-	(4.682)	-	-	123.846	324.707
Essencis - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	140.798	(6.671)	134.125	-	-	-	-	-	-	-	-	268.252
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	18.289	7.245	-	-	-	-	-	(6.521)	-	-	-	19.013
Koleta Ambiental S.A.	19.594	(6.326)	-	-	(457)	-	-	-	-	-	-	12.811
Revita Engenharia S.A.	363.234	(19.149)	(8.442)	-	-	16.843	45.121	(40.000)	-	-	-	357.607
Solví Participações em Projetos de Saneamento Ltda.	363.813	3.244	-	-	(56.353)	-	-	-	-	(315.436)	-	(4.732)
Solví Valorização Energética Ltda.	9.331	13.506	-	-	-	-	-	(10.643)	-	-	-	12.194
Vega Engenharia Ambiental S.A.	63.195	28.446	-	-	(272)	(35.824)	-	-	(1.183)	-	-	54.362
	1.074.698	(77.830)	(207.804)	1.900	(100.126)	(135.768)	974.334	(62.003)	1.028	(470.000)	123.846	1.122.275
<i>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</i>												
Essencis Soluções Ambientais S.A.	199.361	-	199.361	-	-	-	-	-	-	-	-	398.722
Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA	-	-	-	-	-	39	-	-	-	-	-	39
	199.361	-	199.361	-	-	39	-	-	-	-	-	398.761
Total de investimento na controladora	1.274.059	(77.830)	(8.442)	1.900	(100.126)	(135.729)	974.334	(62.003)	1.028	(470.000)	123.846	1.521.036

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016*

<u>Movimentação do investimento no consolidado</u>	Saldo em 31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aquisição / (Alienação) de investimentos	Ganho / (Perda) investimento	Aumento / Redução de capital	Dividendos distribuídos	Variação Cambial	Ativo não circulante mantido para venda	Ajuste de patrimônio líquido na controlada	Saldo em 31/12/2017
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	1.616	702	(1.184)	(2.601)	-	1.467	-	-	-	-
Biotérmica Energia S.A.	(876)	1.130	-	-	-	(244)	-	-	-	10
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.	657	(1.313)	-	-	-	-	-	-	-	(656)
Boechat - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	791	(1)	-	-	-	-	-	-	-	790
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	9.415	3.347	-	-	-	(3.174)	-	-	-	9.588
Companhia de Saneamento do Norte S.A.	429.120	31.656	-	-	-	-	-	(460.776)	-	-
Companhia de Saneamento do Norte S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	170.262	-	-	(161.038)	-	-	-	(9.224)	-	-
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	4.496	620	-	-	-	(558)	-	-	-	4.558
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	5	3	-	-	-	(3)	-	-	-	5
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	14.320	(106)	-	-	-	-	-	-	-	14.214
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	17.182	3.010	-	-	-	(2.709)	-	-	-	17.483
GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.	-	2.076	1	-	-	(2.076)	-	-	-	1
Hera Ambiental S.A.	3.841	46	-	-	-	(11)	-	-	-	3.876
Hera - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	3.763	(14)	-	-	-	-	-	-	-	3.749
Vega Sucursal LimpAr	6.636	3.955	-	-	-	-	(2.180)	-	-	8.411
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	16.672	2.711	-	-	2.269	-	-	-	-	21.652
Essencis - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos (a)	42.852	(3.086)	-	-	-	-	-	-	-	39.766
SBC Valorização de Resíduos Ltda - Resultado de exercícios anteriores	-	(4.271)	-	-	-	-	-	-	4.271	-
	720.752	40.464	(1.183)	(163.639)	2.269	(7.308)	(2.180)	(470.000)	4.271	123.447
<i>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</i>										
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.	4.463	-	-	-	-	-	-	-	-	4.463
Hera Ambiental S.A.	2.284	-	-	-	-	-	-	-	-	2.284
Biotérmica Energia S.A.	1.482	-	-	-	-	-	-	-	-	1.482
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	2.187	-	-	-	-	-	-	-	-	2.187
	10.416	-	-	-	-	-	-	-	-	10.416
Total de investimento no consolidado	731.168	40.464	(1.183)	(163.639)	2.269	(7.308)	(2.180)	(470.000)	4.271	133.863

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Movimentação do investimento na controladora

	Saldo em 31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Compra de investimentos	Ganho investimento	Dividendos/ JCP	Varição Cambial	Aumento / Redução de capital	Ajuste de patrimônio líquido na controlada	Saldo em 31/12/2016
Vega Engenharia Ambiental S.A.	35.510	23.805	-	-	-	3.880	-	-	63.195
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	73.712	3.950	-	-	-	(11.836)	-	-	65.826
Koleta Ambiental S.A.	19.500	(15.725)	-	-	-	-	14.602	1.217	19.594
Solvi Valorização Energética Ltda.	7.143	3.700	-	-	-	-	(1.512)	-	9.331
Revita Engenharia S.A.	310.936	47.649	-	-	(42.369)	133	35.000	-	351.350
Essencis Soluções Ambientais S.A.	73.539	9.281	-	-	(5.731)	-	-	-	77.089
Essencis - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	152.317	(11.519)	-	-	-	-	-	-	140.798
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	16.265	8.619	-	-	(6.595)	-	-	-	18.289
Companhia de Projetos Ambientais S.A.	(73.748)	18.264	-	-	-	-	9.013	-	(46.471)
Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.	330.696	35.361	-	-	-	-	(2.245)	-	363.812
	945.870	123.385	-	-	(54.695)	(7.823)	54.859	1.217	1.062.815
<i>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</i>									
Essencis Soluções Ambientais S.A.	199.361	-	-	-	-	-	-	-	199.361
	199.361	-	-	-	-	-	-	-	199.361
	1.145.231	123.385	-	-	(54.695)	(7.823)	54.859	1.217	1.262.176

Movimentação do investimento no consolidado

	Saldo em 31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Compra de investimentos	Ganho investimento	Dividendos/ JCP	Varição Cambial	Aumento / Redução de capital	Ajuste de patrimônio líquido na controlada	Saldo em 31/12/2016
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	1.616	608	-	-	(608)	-	-	-	1.616
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.	2.320	(1.663)	-	-	-	-	-	-	657
Boechat - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	867	(76)	-	-	-	-	-	-	791
Hera Ambiental S.A.	3.554	260	-	-	-	-	-	28	3.841
Hera - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	4.091	(328)	-	-	-	-	-	-	3.763
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	13.963	509	-	-	(152)	-	-	-	14.320
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	10	3	-	-	(8)	-	-	-	5
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	16.736	4.476	-	-	(4.030)	-	-	-	17.182
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	9.170	2.452	-	-	(2.207)	-	-	-	9.415
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	4.495	10	-	-	(9)	-	-	-	4.496
Essencis - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	45.898	(3.046)	-	-	-	-	-	-	42.852
Biotérmica Energia S.A.	(216)	(661)	-	-	-	-	-	-	(876)
Vega Sucursal Limp Ar	6.007	2.703	-	-	-	(2.074)	-	-	6.636
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	15.762	910	-	-	-	-	-	-	16.672
Companhia de Saneamento do Norte S.A.	260.367	32.581	143.819	(7.648)	-	-	-	-	429.120
Companhia de Saneamento do Norte S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	61.444	-	-	108.818	-	-	-	-	170.262
	446.082	38.739	143.819	101.170	(7.014)	(2.074)	-	28	720.752
<i>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</i>									
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.	4.463	-	-	-	-	-	-	-	4.463
Hera Ambiental S.A.	2.284	-	-	-	-	-	-	-	2.284
Biotérmica Energia S.A.	1.482	-	-	-	-	-	-	-	1.482
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	2.187	-	-	-	-	-	-	-	2.187
	10.416	-	-	-	-	-	-	-	10.416
	456.498	38.739	143.819	101.170	(7.014)	(2.074)	-	28	731.168

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016*

Informações relativas à controladora

Empresa	31/12/2017			
	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
<i>Atenta Corretora de Seguros Ltda.</i>	10	100%	191	56
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	100%	-	(64.546)
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	53.285	100%	77.941	9.904
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA</i>	248.840	100%	195.930	(52.871)
<i>Ativo mantido para venda - Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA</i>			(196.000)	(41.436)
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	129.196	100%	324.707	39.419
<i>Essencis - Valor justo dos ativos líquidos</i>	-	100%	268.252	(13.342)
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	1.576	100%	19.014	7.245
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	57.760	56,35%	22.736	(8.527)
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	234.678	100%	357.607	(19.149)
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	321.017	100%	367.057	3.244
<i>Ativo mantido para venda - Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda</i>			(371.789)	(56.353)
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	12.194	100%	12.194	13.506
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	25.353	100%	54.362	28.446

Informações relativas ao consolidado

<i>Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.</i>	3.168	0%	3.168	1.712
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	7	70%	14	1.613
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	4.548	51%	(1.287)	(2.574)
<i>Boechat - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	51%	1.549	(3)
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	2.800	54%	17.755	6.198
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A.</i>	455.327	74,50%	-	42.491
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	74,50%	-	-
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	4.145	65%	7.013	954
<i>Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.</i>	500	1%	500	289
<i>Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR</i>	48.824	27,50%	51.688	(382)
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	6.083	66,67%	26.223	4.515
<i>GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.</i>	1	62,35%	1	3.332
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	7.058	50%	7.752	92
<i>Hera - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	50%	7.498	(28)
<i>Vega Sucursal LimpAr</i>	1.001	60%	14.018	6.591
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	21.367	51%	42.454	5.315
<i>Essencis - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	100%	39.765	(3.086)
<i>SBC Valorização de Resíduos Ltda - Resultado de exercícios anteriores</i>	-	75%	-	(5.695)

Informações relativas à controladora

31/12/2016

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	50.794	100%	63.195	23.805
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	46.041	100%	65.826	3.950
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	51.126	80%	24.629	(23.017)
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	12.194	100%	9.331	3.700
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	175.445	100%	365.964	59.534
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	112.571	50%	154.179	18.562
<i>Essencis - Valor justo dos ativos líquidos</i>	-	50%	281.593	(23.038)
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	1.576	100%	18.289	8.619
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	34.484	100%	(46.471)	18.264
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	321.017	100%	363.813	35.361

Informações relativas ao consolidado

<i>Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.</i>	3.168	51%	3.168	1.192
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	4.548	51%	1.288	(3.260)
<i>Boechat - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	51%	1.552	(149)
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	7.058	50%	7.682	519
<i>Hera - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	50%	7.526	(656)
<i>Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR</i>	48.824	28%	52.071	1.849
<i>Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.</i>	500	1%	500	313
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	6.083	67%	25.772	6.714
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	2.800	54%	17.436	4.540
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	4.145	65%	6.918	16
<i>Essencis - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	50%	85.703	(6.092)
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	7	70%	(1.252)	(945)
<i>Vega Sucursal LimpAr</i>	1.168	60%	11.061	4.505
<i>Companhia de Saneamento do Norte</i>	455.326	75%	576.000	52.650
<i>Companhia de Saneamento do Norte - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	75%	228.540	-
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	15.000	51%	32.691	1.785

16.2 Alterações na estrutura societária

Durante o ano de 2017 foram efetuadas alterações na estrutura societária com o objetivo de adequar a estrutura organizacional e societária das entidades do Grupo às necessidades operacionais e funcionais. As principais alterações estão descritas a seguir:

Aumento de capital social - Companhia de Projetos Ambientais (“CPA”)

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 31 de dezembro de 2017, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R\$112.571 para o montante atual de R\$129.196, tendo um aumento de R\$16.624 em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à única acionista da CPA, Solvi Participações S.A. mediante a emissão da dívida das Debêntures para a Solvi.

Instrumento de Justificação e Protocolo de Cisão Total da Companhia de Projetos Ambientais (“CPA”) e Incorporação das Parcelas Cindidas por Essencis Soluções Ambientais S.A. e Solvi Participações S.A.

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 31 de dezembro de 2017, foi aprovada a incorporação da Companhia de Projetos Ambientais S.A pelas entidades: Essencis Soluções Ambientais S.A. e Solvi Participações S.A.

O balanço patrimonial da Companhia de Projetos Ambientais em 31/12/2017 é conforme segue:

	Saldos contábeis da CPA em 31/12/2017	Parcela cindida a ser vertida à Solvi	Parcela cindida a ser vertida à Essencis
Total do Ativo	374.279	259.353	114.926
Disponível	10	-	10
Impostos	12.386	-	12.386
Dividendos a receber	10.412	-	10.412
Investimentos	351.471	259.353	92.118
Total do Passivo	374.279	259.353	114.926
Fornecedores	15	-	15
Obrigações fiscais	5.691	-	5.691
Partes relacionadas	142.907	142.430	477
Patrimônio líquido	225.666	116.923	108.743

Aumento de capital social – EMPPA Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. (“EMPPA”)

Com base na Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de janeiro de 2017, os acionistas aprovaram o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 140.155 ações ordinárias nominativa, ao preço de emissão de 1 (um) real. Passando de R\$1 para o montante atual de R\$140.156, tendo um aumento de R\$140.155. Em 20 de março de 2017, ocorreu a aprovação da retificação do laudo de avaliação conferidas ao capital da EMPPA.

Conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de janeiro de 2017, conforme refletido no laudo de avaliação retificado, sendo conseqüentemente alterado o valor do aumento de capital de R\$140.156 para R\$248.838 totalmente subscrito e integralizado pela CPA.

Instrumento de Justificação e Protocolo de Cisão Parcial da Vega Engenharia Ambiental S.A (“VEGA”) e Absorção das Parcelas Cindidas por Revita Engenharia S.A, Servy Participações Ltda e GPO Gestão de Projetos e Obras Ltda

Conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária instituída em 10 de novembro de 2017, foi aprovada a cisão de 47,48% do patrimônio líquido da Vega que equivale a R\$35.825. O acervo contábil cindido da Vega segue abaixo demonstrado. Com a cisão o capital da Vega foi reduzido de R\$ 50.542 para R\$ 14.718.

O balanço patrimonial da Vega Engenharia Ambiental S.A em 31/10/2017 é conforme segue:

	Parcela cindida da Vega	Parcela cindida a ser vertida à Servy	Parcela cindida a ser vertida à Revita	Parcela cindida a ser vertida à GPO
Ativo total	55.547	28.847	19.829	6.871
Partes relacionadas	30.859	28.847	1.919	93
Dividendos a receber	17.910	-	17.910	-
Contas a receber	6.768	-	-	6.768
Precatório a receber	110.114	-	-	110.114
Provisão precatórios	(110.104)	-	-	(110.104)
Passivo total	19.722	-	19.671	51
Partes relacionadas	19.722	-	19.671	51
Integralização de capital	35.825	28.847	158	6.820

Aumento de capital social – Revita Engenharia S.A (“Revita”)

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária de 10 de novembro de 2017, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R\$172.715 para o montante atual de R\$172.873, tendo um aumento de R\$158, integralizado mediante parcela cindida oriunda da cisão parcial da Vega Engenharia Ambiental S.A.

De acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2017, os acionistas decidiram integralizar no capital da sociedade o valor de R\$61.804 passando de R\$172.873 para R\$234.678. A integralização ocorreu mediante da conversão de crédito de mútuos e cessão de dividendos a receber, em capital pela Solví.

Aumento de capital social – Resíduo Zero Ambiental S.A. (“Resíduo Zero”)

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 18 de setembro de 2017, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R\$5.001 para o montante atual de R\$8.536, tendo um aumento de R\$3.535, pelo preço de emissão de R\$9,69 (nove reais e noventa e quatro centavos). Portanto, o capital social da Companhia está totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R\$98 dividido em 365 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 22 de novembro de 2017, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R\$8.536 para o montante atual de R\$9.803, tendo um aumento de R\$1.267, pelo preço de emissão de R\$9,94 (nove reais e noventa e quatro centavos). Portanto o capital social da Companhia está totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R\$300 dividido em 2.652 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital social – Viasolo Engenharia Ambiental S.A. (“Viasolo”)

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 28 de abril de 2017, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R\$15.000 para o montante atual de R\$18.263, tendo um aumento de R\$3.263, pelo preço de emissão de R\$1 dividido em 18.263 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o capital social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 30 de novembro de 2017, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R\$18.263 para o montante atual de R\$18.867, tendo um aumento de R\$604, pelo preço de emissão de R\$1 dividido em 18.867 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o capital social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. O aumento de capital foi considerado pela integralização da reserva de capital no valor de R\$580.

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 29 de dezembro de 2017, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R\$18.867 para o montante atual de R\$21.367, tendo um aumento de R\$2.500, pelo preço de emissão de R\$2,24, o capital social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional dividido em 21.367 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de R\$1 real cada uma.

Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação da Piauí Ambiental S.A. (“Piauí”) por Revita Engenharia S.A. (“Revita”)

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 31 de dezembro de 2017, foi aprovada a incorporação da Companhia Piauí, mediante seu patrimônio confirmado através do Laudo de Avaliação, no valor total de R\$1.169 sem qualquer aumento ou modificação na composição do capital da Revita, tendo em vista que é detentora de 100% do capital social da Piauí e o valor do patrimônio líquido da Piauí já está refletido integralmente pelo método de equivalência patrimonial na Revita.

O balanço patrimonial da Piauí Ambiental S.A em 31/12/2017 é conforme segue:

	Saldos contábeis da Piauí em 31/12/2017
Ativo Total	10.321
Disponível	16
Estoque	1
Seguros a apropriar	4
Imobilizado	10.300
Passivo Total	10.321
Empréstimos e financiamentos	7.691
Fornecedores	100
Partes relacionadas	1.266
Obrigações fiscais e trabalhistas	95
Patrimônio líquido	1.169

Aumento de capital social – CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda (“CRVR”)

Conforme a 2ª Alteração e Consolidação do Contrato social instituída em 29 de dezembro de 2017, os acionistas decidiram aumentar o capital social da CRVR, passando de R\$23.189 para o montante atual de R\$25.810, tendo um aumento de R\$2.621 integralizado mediante Instrumento Particular de Assunção de Dívida celebrado entre a Riograndese Participações S.A.

Aumento de capital – Koleta Ambiental S.A. (“Koleta”)

Conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 31 de dezembro de 2017, os acionistas decidiram em aumentar o capital social da Koleta em R\$6.634 através da cessão de dívida detida com a investida, convertida em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à acionista Essencis Soluções Ambientais S.A.. Em virtude da sócia Solvi Participações S.A. optar em não exercer o direito de integralizar sua parcela proporcional de sua participação, a Essencis Soluções Ambientais S.A. passou a deter 43,66% (20,44% anteriormente) do capital votante da Koleta gerando assim o ganho no investimento no montante de R\$458.

Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas de emissão da Atenta Corretora de Seguros Ltda (“ATENTACOR”)

Conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2017, ficou definido que a Companhia firmou a compra de 10.000 (dez mil) quotas do capital totalmente integralizados, representativas da totalidade do capital social da Atentacor Corretora de Seguros Ltda, no montante de R\$1.900 pagos para à Servy Participações Ltda e Servy Patrimonial Ltda.

A celebração da compra da Atenta, não foi baseada pelos fundamentos do pronunciamento técnico CPC 15 – Combinação de Negócios, pois a oportunidade do negócio ocorreu entre sociedades ligadas ao mesmo grupo econômico, sendo controladas pela mesma entidade.

Desta forma os resultados apurados a partir de 1º de maio de 2017 passaram a fazer parte das demonstrações consolidadas do Grupo.

17 Imobilizado

O saldo da controladora é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2017			2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Benfeitorias em Bens de Terceiros	20	472	(198)	274	-
Maquinas e Equipamentos	12,5	8	(6)	2	3
Móveis e utensílios	10	1.204	(457)	747	245
Equipamentos de informática	23,5	2.755	(2.528)	227	343
Imobilizado em andamento	-	154	-	154	685
		4.593	(3.189)	1.404	1.276

As mutações do imobilizado da controladora em 2017 estão demonstradas conforme seguem:

Custo do Imobilizado	2015	Adição	Baixa	Transferência	2016	Adição	Transferência	2017
Benfeitorias em Bens de Terceiros	193	-	-	-	193	-	279	472
Maquinas e Equipamentos	8	-	-	-	8	-	-	8
Móveis e utensílios	688	-	(64)	-	624	580	-	1.204
Equipamentos de informática	2.683	40	(4)	-	2.719	36	-	2.755
Imobilizado em andamento	945	435	-	(695)	685	142	(673)	154
	4.517	475	(68)	(695)	4.229	758	(394)	4.593

Depreciação	2015	Depreciação	Baixa	Transferência	2016	Depreciação	Transferência	2017
Benfeitorias em Bens de Terceiros	(193)	-	-	-	(193)	(5)	-	(198)
Maquinas e Equipamentos	(4)	(1)	-	-	(5)	(1)	-	(6)
Móveis e utensílios	(359)	(61)	41	-	(379)	(78)	-	(457)
Equipamentos de informática	(2.169)	(210)	3	-	(2.376)	(152)	-	(2.528)
	(2.725)	(272)	44	-	(2.953)	(236)	-	(3.189)

Líquido	2015	2016	2017
	1.792	1.276	1.404

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Tx Média	2017			2016		
		Anual %	Custo	Redução de		Líquido	Líquido
				Depreciação	Imparidade		
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:							
Aterro e infra em aterros	(*)	520.821	(283.419)	-	237.402	244.536	
Terrenos e edificações e construção civil	5	89.028	(35.005)	-	54.023	56.539	
Benfeitorias em bens de terceiros	10	55.635	(35.038)	-	20.597	24.513	
Máquinas e equipamentos	10	367.139	(159.590)	-	207.549	234.092	
Móveis e utensílios	10	12.112	(7.801)	-	4.311	4.380	
Equipamentos de informática	20	21.061	(18.113)	-	2.948	3.193	
Veículos e equipamentos	20	206.813	(137.035)	-	69.778	95.051	
Central de triagem	10	10	(2)	-	8	8	
Imobilizado em andamento	-	85.808	-	-	85.808	54.567	
Redução de imparidade		-	-	(17.739)	(17.739)	-	
		1.358.427	(676.003)	(17.739)	664.685	716.879	

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

As mutações do imobilizado consolidado em 2017 estão demonstradas conforme seguem:

Solví Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016*

Custo do Imobilizado	2016							2017								
	2015	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Societária	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	Variação Cambial	2016	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Societária	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	Variação Cambial	Redução por avaliação de imparidade	2017
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:																
Aterro e infra em aterros	453.379	31.103	(5.670)	(9.138)	-	12.337	(347)	481.664	12.339	(112)	12.311	-	14.451	168	-	520.821
Terrenos Edificações e Construção Civil	64.068	2.848	(99)	22.524	-	-	(482)	88.859	7.755	(1.085)	(6.638)	-	-	137	-	89.028
Benfeitorias em bens de terceiros	58.245	299	(1.846)	1.033	-	-	-	57.731	-	(2.375)	279	-	-	-	-	55.635
Máquinas e equipamentos	270.427	18.550	(6.722)	96.763	(319)	-	(2.143)	376.556	7.635	(17.698)	183	-	-	463	-	367.139
Móveis e utensílios	11.928	271	(290)	-	(9)	-	(118)	11.782	1.016	(710)	-	-	-	24	-	12.112
Equipamentos de informática	21.184	474	(375)	6	(5)	-	(321)	20.963	1.406	(1.400)	7	11	-	74	-	21.061
Veículos e equipamentos	234.813	38.097	(45.589)	1.428	(4)	-	(7.425)	221.320	3.688	(19.198)	62	-	-	941	-	206.813
Central de triagem	10	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	10
Imobilizado em andamento	156.731	49.522	(15.381)	(135.507)	-	-	(798)	54.567	37.444	235	(6.604)	-	-	166	-	85.808
Redução por avaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.739)	(17.739)
	1.270.785	141.164	(75.972)	(22.891)	(337)	12.337	(11.634)	1.313.452	71.283	(42.343)	(400)	11	14.451	1.973	(17.739)	1.340.688
Depreciação	2015	Depreciação	Baixa	Transferência	Reorganização Societária	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	Variação Cambial	2016	Depreciação	Baixa	Transferência	Reorganização Societária	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	Variação Cambial	Redução por avaliação de imparidade	2017
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:																
Aterro e infra em aterros	(196.244)	(32.186)	3.632	7	-	(12.337)	-	(237.128)	(31.828)	-	(12)	-	(14.451)	-	-	(283.419)
Edificações e Construção Civil	(28.827)	(3.701)	14	-	-	-	194	(32.320)	(3.632)	960	58	-	-	(71)	-	(35.005)
Benfeitorias em bens de terceiros	(29.864)	(5.036)	1.682	-	-	-	-	(33.218)	(4.160)	2.340	-	-	-	-	-	(35.038)
Máquinas e equipamentos	(120.056)	(27.523)	3.855	11	319	-	930	(142.464)	(30.991)	14.078	35	-	-	(248)	-	(159.590)
Móveis e utensílios	(6.637)	(980)	147	-	9	-	59	(7.402)	(947)	564	-	-	-	(16)	-	(7.801)
Equipamentos de informática	(16.699)	(1.634)	324	(3)	5	-	237	(17.770)	(1.484)	1.161	42	(2)	-	(60)	-	(18.113)
Central de triagem	(1)	(1)	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Veículos e equipamentos	(138.841)	(30.816)	40.781	3	4	-	2.600	(126.269)	(28.599)	18.570	(118)	-	-	(619)	-	(137.035)
	(537.169)	(101.877)	50.435	18	337	-	4.020	(596.573)	(101.641)	37.673	5	(2)	-	(1.014)	-	(676.003)
Líquido	733.616	39.287	(25.537)	(22.873)	-	-	(7.614)	716.879	(30.358)	(4.670)	(395)	9	-	959	(17.739)	664.685

Parte dos valores transferidos são reclassificações do ativo imobilizado em andamento para ativos em operação, e parte refere-se à transferência envolvendo o ativo intangível no valor de R\$395 com software.

Em 2017 o Grupo Solví utilizou R\$4.377 dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos imobilizados.

Garantia

Os financiamento dos ativos imobilizados são garantidos por meio de aval do Grupo Solví. Estão sujeitos a garantia adicional, os financiamentos de projetos por meio de fiança bancária ou conta reserva e os financiamentos de máquinas e equipamentos por meio da alienação fiduciária dos bens.

Imobilizados em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2017, os principais ativos em construção referem-se a aterros sanitários.

Redução ao valor recuperável

O Grupo Solví avalia a recuperabilidade dos ativos ao mínimo anualmente, ou quando existir um indicativo de desvalorização. O Grupo Solví verificou a existência de indicativos de não recuperabilidade, na controlada indireta Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá”), avaliados através do valor em uso determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC, sendo identificado a necessidade de reconhecimento de perda total dos ativos por desvalorização para as UGCs do aterro de Marituba.

Os indicativos de desvalorização identificados para os ativos listados acima, foram principalmente: (i) prejuízos futuros no fluxo de caixa descontado (ii) não haver mensuração do valor comercial do ativo; (iii) andamento das obras inerentes a recuperação das lagoas de chorume.

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso estão apresentados como segue:

Projeção até 2024 (final do contrato);
 Preço médio por tonelado de resíduo aproximadamente R\$73,00;
 Volume médio de resíduos de aproximadamente 547.000 ton/ano; e
 Taxa de deconconto de 10,03%

Reorganização Societária

A coluna de reorganização societária refere-se a adição no mapa de movimento do imobilizado das aquisições de controle do Grupo Solví da Atenta Corretora de Seguros Ltda., que passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

18 Intangível

O saldo da controladora é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2017		2016	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Software	20	17.785	(14.313)	3.472	4.267
Licença de direitos de uso	-	760	(192)	568	720
		<u>18.545</u>	<u>(14.505)</u>	<u>4.040</u>	<u>4.987</u>

As mutações do intangível da controladora em 2017 estão demonstradas conforme seguem:

Custo do Intangível	2015	Adição	Transferência	2016	Adição	Transferência	2017
Software	15.194	997	695	16.886	505	394	17.785
Licença de direitos de uso	760	-	-	760	-	-	760
	15.954	997	695	17.646	505	394	18.545
Amortização	2015	Amortização	Transferência	2016	Amortização	Transferência	2017
Software	(10.973)	(1.646)	-	(12.619)	(1.694)	-	(14.313)
Licença de direitos de uso	(1)	(39)	-	(40)	(152)	-	(192)
	(10.974)	(1.685)	-	(12.659)	(1.846)	-	(14.505)
Líquido	4.980	(688)	695	4.987	(1.341)	394	4.040

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2017			2016
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Bens em concessão					
Aterro e infraestrutura em aterros	(*)	133.209	(80.531)	52.678	57.988
Infraestrutura em transbordos	10	7.463	(6.237)	1.226	1.510
Sistema de água	4,22	7.666	(578)	7.088	7.374
Sistema de esgoto	4,22	998	(100)	898	937
Benfeitorias em bens de terceiros	10	3.175	(1.838)	1.337	1.552
Máquinas e equipamentos	10	19.221	(15.279)	3.942	4.031
Veículos e equipamentos	20	28.085	(26.062)	2.023	6.737
Intangível em andamento	-	16.120	-	16.120	20.806
Licenças e direitos de uso	3,33	5.165	(4.358)	807	988
Software	20	30.701	(25.836)	4.865	3.190
Direitos contratuais	3,33	25.532	(4.449)	21.083	21.854
Ônus de concessão	3,33	2.000	(373)	1.627	1.694
Desenvolvimento de negócios	3,33	2.742	(525)	2.217	2.308
Mais valia de intangíveis:					
Licença de direitos de uso - Mais Valia		66.403	(13.969)	52.434	54.987
Marcas		1.627	(655)	972	1.103
Metano gerado pelo Aterro/Projeto de Biogás		2.908	(472)	2.436	2.581
Relacionamento de Clientes		358.685	(66.281)	292.404	305.069
Destinação de chorume		3.500	(780)	2.720	2.879
		715.199	(248.323)	466.877	497.588

	2017		2016	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:				
CIA	26.525	(15.915)	10.610	10.230
Koleta	6.051	-	6.051	6.051
EMPPA	39	-	39	-
VVR				
CRVR	106.288	(978)	105.310	105.799
Loga	16.742	(4.735)	12.007	13.161
Revita				
Piauí	10.122	-	10.122	10.122
Inova	-	-	-	32.888
SBC	-	-	-	2.415
Essencis				
Prameq	363	-	363	363
Ecosistema	3.083	-	3.083	3.083
Macaé	4.250	-	4.250	4.250
Ecolar	28.151	(15.238)	12.913	12.913
Incineração	3.946	(3.435)	511	511
Remediação	6.623	(1.441)	5.182	5.182
CPA				
Essencis	-	-	-	199.361
Solvi				
Essencis	398.722	-	398.722	199.361
	<u>610.905</u>	<u>(41.742)</u>	<u>569.163</u>	<u>605.690</u>
Total do Intangível	<u>1.326.104</u>	<u>(290.065)</u>	<u>1.036.039</u>	<u>1.103.278</u>

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

Os demais intangíveis são amortizados pela vida útil ou tempo de duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

As mutações do Intangível consolidado em 2017 estão demonstradas conforme segue:

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016*

Custo	2015	Adição	Baixa	Transferência	Varição Cambial	2016	Adição	Baixa	Transferência	Varição Cambial	Reorganiz. Societária	Ágio/Mais Valia	Redução ao valor recuperável	2017
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:														
Aterro e infra em aterros	121.091	155	(5.578)	6.797	-	122.464	2.303	-	8.442	-	-	-	-	133.209
Infraestrutura em transbordos	7.463	-	-	-	-	7.463	-	-	-	-	-	-	-	7.463
Centrais de saneamento e esgoto	3.537	188	-	4.866	-	8.591	-	-	73	-	-	-	-	8.664
Direitos contratuais	4.705	392	-	21.632	(404)	26.325	-	(908)	-	115	-	-	-	25.532
Licença de direitos de uso	5.157	-	-	-	-	5.157	-	-	8	-	-	-	-	5.165
Edificações e construção civil	136	-	(136)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	3.238	-	(71)	-	-	3.167	8	-	-	-	-	-	-	3.175
Máquinas e equipamentos	19.408	722	(1.478)	34	-	18.686	835	(300)	-	-	-	-	-	19.221
Software	30.887	1.610	(64)	(1.487)	(1.037)	29.909	551	(357)	420	178	1	-	-	30.701
Intangível em andamento	24.810	7.693	-	(11.697)	-	20.806	3.862	-	(8.548)	-	-	-	-	16.120
Desenvolvimento novos negócios	2.742	-	-	-	-	2.742	-	-	-	-	-	-	-	2.742
Ônus de concessão	2.000	-	-	-	-	2.000	-	-	-	-	-	-	-	2.000
Veículos e equipamentos	36.293	1.660	(6.513)	1.128	(4.170)	28.398	453	(1.748)	-	982	-	-	-	28.085
Mais valia de intangíveis:														
Licença de direitos de Uso	66.403	-	-	-	-	66.403	-	-	-	-	-	-	-	66.403
Marcas	1.627	-	-	-	-	1.627	-	-	-	-	-	-	-	1.627
Metano gerado pelo Aterro/Projeto de Biogás	2.908	-	-	-	-	2.908	-	-	-	-	-	-	-	2.908
Relacionamento de Clientes	358.685	-	-	-	-	358.685	-	-	-	-	-	-	-	358.685
Destinação de chorume	3.500	-	-	-	-	3.500	-	-	-	-	-	-	-	3.500
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:														
Cia	30.344	-	-	-	(4.771)	25.573	-	-	-	952	-	-	-	26.525
Koleta	6.051	-	-	-	-	6.051	-	-	-	-	-	-	-	6.051
CRVR	106.288	-	-	-	-	106.288	-	-	-	-	-	-	-	106.288
Loga	16.742	-	-	-	-	16.742	-	-	-	-	-	-	-	16.742
EMPPA	-	-	-	-	-	-	39	-	-	-	-	-	-	39
Piauí	10.122	-	-	-	-	10.122	-	-	-	-	-	-	-	10.122
SBC	2.415	-	-	-	-	2.415	-	-	-	-	-	(2.415)	-	-
Inova	32.888	-	-	-	-	32.888	-	-	-	-	-	(32.888)	-	-
Prameq	363	-	-	-	-	363	-	-	-	-	-	-	-	363
Ecosistema	3.083	-	-	-	-	3.083	-	-	-	-	-	-	-	3.083
Macaé	4.250	-	-	-	-	4.250	-	-	-	-	-	-	-	4.250
Ecolar	28.151	-	-	-	-	28.151	-	-	-	-	-	-	-	28.151
Incineração	3.946	-	-	-	-	3.946	-	-	-	-	-	-	-	3.946
Remediação	6.623	-	-	-	-	6.623	-	-	-	-	-	-	-	6.623
Essencis	398.722	-	-	-	-	398.722	-	-	-	-	-	-	-	398.722
	1.344.578	12.420	(13.840)	21.273	(10.382)	1.354.048	8.051	(3.313)	395	2.227	1	(35.303)	-	1.326.104

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016*

Amortização	2015	Amortização	Baixa	Transferência	Varição Cambial	2016	Amortização	Baixa	Transferência	Varição Cambial	Reorganiz. Societária	Ágio/Mais Valia	Redução ao valor recuperável	2017
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:														
Aterro e infra em aterros	(59.792)	(8.672)	3.988	-	-	(64.476)	(16.055)	-	-	-	-	-	-	(80.531)
Infraestrutura em transbordos	(5.426)	(527)	-	-	-	(5.953)	(284)	-	-	-	-	-	-	(6.237)
Centrais de saneamento e esgoto														
	(161)	(118)	-	-	-	(279)	(399)	-	-	-	-	-	-	(678)
Direitos contratuais														
Licença de uso	(4.604)	(271)	-	-	404	(4.471)	(771)	908	-	(115)	-	-	-	(4.449)
Edificações e construção civil	(4.100)	(69)	-	-	-	(4.169)	(189)	-	-	-	-	-	-	(4.358)
Benfeitorias em bens de terceiros	(8)	(3)	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	(1.405)	(243)	33	-	-	(1.615)	(223)	-	-	-	-	-	-	(1.838)
Software	(14.616)	(943)	904	-	-	(14.655)	(924)	300	-	-	-	-	-	(15.279)
Desenvolvimento novos negócios	(23.531)	(4.136)	48	(12)	912	(26.719)	(3.378)	338	4.257	(334)	-	-	-	(25.836)
Ônus de concessão	(343)	(91)	-	-	-	(434)	(91)	-	-	-	-	-	-	(525)
Veículos e equipamentos	(239)	(67)	-	-	-	(306)	(67)	-	-	-	-	-	-	(373)
	(30.930)	(697)	6.410	-	3.557	(21.660)	(1.070)	1.676	(4.257)	(751)	-	-	-	(26.062)
Mais valia de intangíveis:														
Licença de direitos de Uso	(4.653)	(6.763)	-	-	-	(11.416)	(2.553)	-	-	-	-	-	-	(13.969)
Marcas	-	(524)	-	-	-	(524)	(131)	-	-	-	-	-	-	(655)
Metano gerado pelo Aterro/Projeto de Bio	-	(327)	-	-	-	(327)	(145)	-	-	-	-	-	-	(472)
Relacionamento de Clientes	(28.457)	(25.160)	-	-	-	(53.617)	(12.665)	-	-	-	-	-	-	(66.282)
Destinação de chorume	-	(621)	-	-	-	(621)	(159)	-	-	-	-	-	-	(780)
Amortização de ágio:														
Cia	(18.206)	-	-	-	2.863	(15.343)	-	-	-	(572)	-	-	-	(15.915)
Loga	(3.582)	-	-	-	-	(3.582)	-	-	-	-	-	-	(1.153)	(4.735)
CRVR	-	(489)	-	-	-	(489)	(489)	-	-	-	-	-	-	(978)
Ecolar	(15.238)	-	-	-	-	(15.238)	-	-	-	-	-	-	-	(15.238)
Incineração	(3.435)	-	-	-	-	(3.435)	-	-	-	-	-	-	-	(3.435)
Remediação	(1.441)	-	-	-	-	(1.441)	-	-	-	-	-	-	-	(1.441)
	(220.167)	(49.721)	11.394	(12)	7.736	(250.770)	(39.593)	3.222	-	(1.772)	-	-	(1.153)	(290.065)
Líquido	1.124.411	(37.301)	(2.446)	21.261	(18.118)	1.103.278	(31.542)	(91)	395	455	1	(35.303)	(1.153)	1.036.039

Intangíveis em andamento

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os principais ativos reversíveis em construção referem-se a expansão da rede de água e esgoto, transbordo e aterros sanitários.

Reorganização Societária

A coluna de reorganização societária refere-se a adição no mapa de movimento do imobilizado das aquisições de controle do Grupo Solví da Atenta Corretora de Seguros Ltda., que passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*)

Em 2017, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas se houve alguma indicação de que determinados ativos pudessem ter sofrido desvalorização e julgou não ser necessária a realização do teste de valor recuperável em todas as unidades geradoras de caixa, face à certeza de recuperabilidade dos ativos prevista no planejamento orçamentário dos próximos 5 (cinco) anos.

O teste de valor recuperável foi realizado por empresa especializada nas controladas causadoras de ágios quando da aquisição de empresas. O teste foi também realizado em algumas empresas que apresentavam prejuízo fiscal no exercício. O teste de *impairment* dos ativos e dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio, que inclui a Companhia, foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2017.

O valor recuperável foi estimado por meio do valor presente dos fluxos de caixa futuros que a Companhia espera obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa da Companhia consolidado.

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

Em regra geral, os períodos de testes foram de 5 (cinco) anos, com excessão dos contratos de concessão, cujos prazos variam contrato a contrato.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Impostos Diretos: Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da empresa.

Taxa de Desconto: Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01. As taxas de desconto WACC foram calculadas por unidade geradora de caixa e variam de 5,22% a 10,03%.

Projeções: A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinquenal de 2018 a 2022 e de 2023 em diante, quando aplicável, foi utilizado o método de projeção constante.

Resultado do teste de *impairment*

Como resultado do teste de valor recuperável, identificou-se a necessidade de baixar integralmente o valor de ágio reconhecido nas entidades: Inova Gestão de Serviços Urbanos

S.A., SBC – Valorização de Resíduos Ltda., Piauí Ambiental S.A. Em relação às demais unidades de negócio do Grupo Solví, não houve perda na realização de seus ativos, não havendo dessa forma a necessidade de constituir qualquer provisão para perda ao valor recuperável. Para tanto foi realizada a comparação entre o valor em uso e o valor contábil, concluindo-se que o último está registrado por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso.

19 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fornecedores		2.721	7.298	202.954	198.205
Partes relacionadas	22	80.851	10.954	31.847	24.169
Credores diversos		67	91	7.608	7.863
		<u>83.639</u>	<u>18.343</u>	<u>242.409</u>	<u>230.237</u>
Circulante		44.968	18.343	238.994	226.880
Não circulante		38.701	-	3.415	3.357

20 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo Solví a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, observar nota explicativa n°9.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
Capital de giro	CDI + 2,50% a.a. a 19,56% a.a.; SELIC + 5,38% a.a. a 6,38% a.a.	De jan/18 a set/21	65.775	61.371	399.609	440.456
FINAME/FINEP	Pré-fixada de 2,50% a.a. a 13,90% a.a.; TJLP+ 6,40% a.a.;	De jan/18 a set/24	8.120	9.587	42.503	64.737
BNDDES, CEF e BNB	Pré-fixada de 1,40% a.a. a 12,91% a.a.; TJLP + 1,00% a.a. a 5,30% a.a..	De mai/18 a nov/37	-	-	258.731	258.905
Conta garantida	Cesta de Moeda + 4,10% a.a. a 4,30% a.a. TR.ACT +7,80% a.a.	De fev/18 a out/20	10.123	10.156	128.997	93.401
Arrendamento Mercantil	Pré-fixada de 2,63% a.a. a 15,45% a.a.; TJLP + 5,80% a.a. a 6,00% a.a.	De abr/18 a set/20	-	-	13.547	13.878
Total			<u>84.018</u>	<u>81.114</u>	<u>843.387</u>	<u>871.377</u>
Circulante			17.401	5.928	268.865	226.854
Não circulante			66.617	75.186	574.522	644.523

Os empréstimos das controladas estão garantidos por avais da respectiva controladora e em alguns casos na proporção de sua participação societária.

Os financiamentos com recursos do Finame estão garantidos pela alienação fiduciária dos bens financiados e avais.

Os financiamentos com recursos do Finep, BNDES, CEF e BNB são garantidos por avais e quando necessário, por fiança bancária, no valor de R\$ 321.222 (R\$326.357, em 2016).

Os montantes das parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2018	-	19.108	-	176.107
2019	12.697	12.575	185.706	106.924
2020	31.051	20.860	155.110	137.699
2021	21.051	20.860	131.807	128.044
2022	1.558	1.527	26.175	24.194
2023	260	256	23.179	21.792
2024	-	-	8.693	7.983
2025 até 2037	-	-	43.852	41.780
Total	66.617	75.186	574.522	644.523

Em 22 de dezembro de 2016 o Grupo Solví e suas controladas, junto aos Bancos Santander (Brasil) S.A., Itaú Unibanco S.A, Banco Bradesco S.A., e China Construction Bank (Brasil) assinaram o contrato global de reconhecimento de obrigações e outras avenças, que compreende o alongamento de dívida no montante de R\$880.004 pelo período de 5 anos, com 02 (dois) anos de Carência de valor principal e 01 (um) ano de carência de juros, com pagamento de 50% em março de 2018, sendo o saldo remanescente dos juros incorporado ao valor principal.

A celebração do acordo marcou a conclusão do processo de reestruturação financeira do Grupo Solví junto às instituições financeiras, o qual, na visão de sua Administração, preserva a capacidade financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazo, otimizando a estrutura de capital ao tempo de maturidade necessário ao desenvolvimento de seus negócios.

a) Conciliação da movimentação de empréstimos

Empréstimos e financiamentos - Controladora

Modalidade	Saldo em 31/12/2016	Captação	Juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Saldo em 31/12/2017
Conta garantida	10.156	10.234	1.755	(1.790)	(10.234)	10.122
Capital de giro	61.370	458	8.486	(1.010)	(3.529)	65.775
FINEP	9.587	-	534	(441)	(1.560)	8.120
Total	81.114	10.692	10.776	(3.241)	(15.324)	84.017

Empréstimos e financiamentos - Consolidado

Modalidade	Saldo em 31/12/2016	Captação*	Juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Variação Cambial	Saldo em 31/12/2017
BNDES	258.905	32.292	22.151	(15.432)	(39.184)	-	258.731
Conta garantida	93.401	108.715	15.870	(16.926)	(74.734)	2.670	128.997
Capital de giro	440.456	80.507	51.480	(18.130)	(155.479)	775	399.609
FINAME/FINEP	64.737	3.864	1.746	(1.982)	(24.679)	(1.183)	42.503
Leasing	13.878	1.041	5.997	(5.276)	(2.092)	-	13.547
Total	871.377	226.419	97.243	(57.746)	(296.169)	2.262	843.387

* Em 2017 do montante total captado, R\$4.376 foi utilizado para subsidiar a compra de ativos imobilizados. Por não movimentar caixa o montante não foi considerado como captação de atividade de financiamento.

Revita Engenharia S.A

A Revita mantém em seus contratos firmados com o BNDES garantias e *covenants*, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado. Todas as cláusulas restritivas referente aos contratos estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Investimentos com uso de financiamentos

Os valores das modalidades de financiamentos do FINAME e BNDES serão aplicados na aquisição de equipamentos e melhoria da infraestrutura dos aterros sanitários. Isso será refletido na demonstração do fluxo de caixa durante o pagamento parcelado.

21 Debêntures e outros títulos

	Controladora	Consolidado	
	2017	2017	2016
Debêntures(a)	670.530	838.851	798.577
Notas Promissórias(b)	-	6.050	6.050
	<u>670.530</u>	<u>844.901</u>	<u>804.627</u>
Passivo circulante	67.499	125.204	62.011
Passivo não circulante	603.031	719.697	742.616

a) Composição das debêntures

	Série	Emissão	Consolidado
			Valor Original
Essencis Soluções Ambientais S.A.	Única	01/09/2011	150.000
Revita Engenharia S.A.	Única	05/12/2013	70.000
Logística Ambiental de São Paulo S.A.	Única	15/05/2015	50.000
Solvi Participações S.A.	Única	28/12/2017	670.704
			<u>940.704</u>

Valores contábeis incluindo juros e pagamento de principais em 31/12/2017:

	Consolidado	
	2017	2016
Passivo circulante	119.154	55.961
Passivo não circulante	719.697	742.616
Total	838.851	798.577

(i) Essencis Soluções Ambientais S.A.

Em 1 de setembro de 2011, a controladora emitiu 15.000 debêntures simples, no valor nominal total de R\$150.000 não conversíveis em ações, nominativas, da espécie com garantia flutuante em série única, integralizadas em 21 de outubro de 2011 em favor do FI - Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço operado pela Caixa Econômica Federal, com amortização mensal a partir de outubro de 2014 e vencimento final em setembro de 2023. A remuneração é equivalente à Taxa Referencial, acrescida de uma sobretaxa de 8,5% a.a. O saldo em 31/12/2017 está composto no passivo circulante em R\$17.258 (R\$17.634 em 2016) e no passivo não circulante em R\$79.167 (R\$95.833 em 2016).

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por cessão fiduciária de receita em volume correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da receita bruta da Emissora, observada a cessão fiduciária de direitos de crédito detidos pela Emissora e originados da prestação de serviços realizados pela Emissora a seus clientes e pela alienação fiduciária do terreno onde está localizado o aterro de Caieiras.

Com relação às cláusulas restritivas que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures exige-se a observação de determinados índices, cujos principais são: ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, Liquidez Corrente Ajustada; EBITDA dividido por Despesas Financeiras; e Índice de Alavancagem Máxima o resultado deve ser superior ou igual a 1,30.

Os índices financeiros devem ser apurados pela Essencis Soluções S.A., com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Essencis Soluções Ambientais mantém em seu contrato de debêntures garantias e *covenants*, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado. Todas as cláusulas restritivas referente ao contrato de debêntures estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(ii) Revita Engenharia S.A.

Em 05 de dezembro de 2013, a Revita emitiu em série única de 70 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000 totalizando uma captação de R\$70.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações com garantia adicional fidejussória.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Scotiabank Brasil S.A., coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% do CDI acrescidas de um spread de 2,25% ao ano over.

A amortização é semestral a partir de 16 de junho de 2014 para a parcela de juros e a partir de 16 de dezembro de 2014 para amortização do valor nominal unitário. O vencimento final da operação ocorrerá em 16 de dezembro de 2018.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As debêntures são garantidas por fiança concedida pela controladora final Solvi Participações S.A..

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (covenants) que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures. Os covenants são condições restritivas, que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Revita Engenharia S.A., foi pactuada a manutenção do índice financeiro representado pela equação Endividamento Líquido/EBITDA, e o resultado deve ser igual ou inferior a 3,05 para o exercício encerrado em 31/12/2017 e 3,05 para o exercício encerrado em 31/12/2016.

Também foi pactuada a manutenção do índice financeiro representado pela equação EBITDA/Despesa Financeira Líquida, e o resultado deve ser superior a 1,75.

Os índices financeiros devem ser apurados pela Revita Engenharia S.A., com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Revita Engenharia S.A. mantém em seu contrato de debêntures garantias e *covenants*, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado. Todas as cláusulas restritivas referente ao contrato de debêntures estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(iii) Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA

Em 15 de maio de 2015, a Companhia emitiu em série única 50 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$50.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional real fidejussória, sem emissão de cautelas ou certificados.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Banco Santander (Brasil) S.A., coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% das taxas médias diárias dos depósitos Interfinanceiros - DI, divulgado pela CETIP, acrescidas de uma sobretaxa equivalente de 3,00% ao ano.

A amortização será trimestral a partir de março de 2018 do valor nominal unitário e consecutivas. O vencimento final da operação ocorrerá em 15 de dezembro de 2021.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por fiança da Solvi Participações S.A em 62,35% e Estre Ambiental S.A. em 37,65%. Cada uma das fiadoras é responsável proporcionalmente ao montante da obrigação.

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (covenants) que podem caracterizar evento de inadimplemento e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures. Exige-se a observação do cumprimento do índice: IAC - Índice de Alavancagem Consolidada, que é apresentado através do cálculo de empréstimos e financiamentos menos disponibilidade dividido pelo EBITDA e o resultado deve ser inferior a 2,85.

Os índices financeiros devem ser apurados pela Logística Ambiental de São Paulo S.A., com base nas demonstrações financeiras.

A Logística Ambiental de São Paulo S.A. – LOGA mantém em seu contrato de debêntures garantias e *covenants*, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado. Todas as cláusulas restritivas referente ao contrato de debêntures estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(iv) Solvi Participações S.A

Em 28 de dezembro de 2017, a Solvi emitiu em série única, o montante de R\$670.704, sendo certo que o montante de R\$670.034 sob regime de garantia firme de colocação e R\$670 sob regime de melhores esforços de colocação, de debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000, não conversíveis em ações de espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Banco Itaú, coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% do CDI acrescidas de um spread ou sobretaxa equivalente a 3% ao ano over.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As debêntures são garantidas por alienação de ações de emissão representativas do capital social da Koleta Ambiental S.A., cessão fiduciária de conta vinculada e por fianças EMPPA- Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A e Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda. O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (covenants) que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures.

Os covenants são condições restritivas, que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Companhia, um dos covenants pactuados é a manutenção do índice financeiro representado pela equação dívida líquida/EBITDA.

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>
Divida líquida/ EBITDA = <	5,2	4,8	4,5	3,8

O índice financeiro deve ser apurado pela Solvi Participações S.A., com base nas demonstrações financeiras consolidadas e acompanhado pelo agente fiduciário.

A Solvi Participações S.A. mantém em seu contrato de debêntures garantias e *covenants*, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado. Todas as cláusulas restritivas referente ao contrato de debêntures estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(v) Companhia de Projetos Ambientais

As debêntures emitidas em 06 de junho de 2013 contendo 500 debêntures simples, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000 não conversíveis em ações, nominativas, da espécie quirografária com garantia real e fidejussória, integralizadas em 14 de junho de 2013, foram liquidadas no mês de dezembro de 2017 em decorrência da capitalização, tendo sido a

dívida correspondente substituída por debêntures emitidas pela Solvi Participações S.A. no âmbito de operação de reestruturação do endividamento das sociedades envolvidas.

b) Conciliação da movimentação de debêntures

Debêntures - Controladora

	Saldo Inicial	Transferência	Captação	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo Final
Companhia de Projetos Ambientais	592.072	(670.034)	-	77.962	-	-	-
Solvi Participações S.A.	-	670.034	-	496	-	-	670.530
Total	592.072	-	-	78.458	-	-	670.530

Debêntures - Consolidado

	Saldo Inicial	Transferência	Captação	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo Final
Essencis Soluções Ambientais S.A.	113.467	-	-	9.028	(9.404)	(16.667)	96.425
Revita Engenharia S.A.	42.030	-	-	4.370	(4.556)	(19.515)	22.329
Logística Ambiental de São Paulo S.A.	51.008	-	-	6.282	(6.721)	(1.000)	49.568
Companhia de Projetos Ambientais	592.072	(670.034)	-	77.962	-	-	-
Solvi Participações S.A.	-	670.034	-	496	-	-	670.530
Total	798.577	-	-	98.137	- 20.682	- 37.181	838.851

c) Composição das notas promissórias

Em 29 de agosto de 2016, através da controladora Revita, foram emitidas 10 (dez) notas promissórias no valor R\$605 cada, totalizando o valor de R\$6.050 para pagamento à vista a cada nota promissória emitida.

Nos termos dos artigos 34 e 77 da lei Uniforme Relativa às Letras de Câmbio e Notas Promissórias, promulgada pelo decreto nº57.663 de 24/01/1966, fica expressamente ajustada a prorrogação do prazo de apresentação para pagamento desta nota promissória pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

22 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$7.328 em 31 de dezembro de 2017 (R\$3.623 em 2016) e no consolidado R\$29.350 (R\$35.610 em 2016).

(i) Controladora

Os saldos a receber e a pagar, e as respectivas natureza das transações e entidades incluídas nas demonstrações financeiras individuais, relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são demonstrados a seguir:

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

<u>Empresas controladas</u>	Controladora					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
CURTO PRAZO	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Serviços prestados e reembolsos:						
<i>Atenta Corretora de Seguros Ltda.</i>	19	-	-	-	109	-
<i>São Gabriel Saneamento S.A.</i>	32	33	-	-	372	398
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	1.466	1.465	-	-	145	169
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	370	267	3	-	3.208	3.249
<i>Essencis Ecosistema Ltda.</i>	20	-	-	-	232	-
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	6	-	-	-	89	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	194	188	-	-	1.135	1.221
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	103	96	-	-	1.114	1.387
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	42	31	1	14	151	333
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	293	280	-	-	3.386	3.196
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	-	2.256	-	-	-
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	41	38	-	-	502	463
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>	391	350	3	3	4.221	3.799
<i>São Carlos Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	22	21	-	-	268	251
<i>SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	7	-	-	-	81	-
<i>Farrouvilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	7	-	-	-	79	-
<i>Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	32	32	-	-	437	412
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	9	23	-	-	132	351
<i>Piauí Ambiental S.A.</i>	5	-	-	-	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	587	303	39.780	10.915	3.695	3.763
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	17	18	-	-	199	213
<i>Consórcio Porto para Vida</i>	7	-	-	-	77	-
<i>Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	18	15	-	-	231	203
<i>Termoverde Caieiras Ltda</i>	15	-	-	-	160	-
<i>Biogás Riograndense Ltda.</i>	-	-	-	-	21	-
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda.</i>	11	-	-	-	125	-
<i>Riograndense Participações S.A.</i>	7	-	-	-	7	-
<i>CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.</i>	38	36	-	-	424	422
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	60	64	-	-	758	802
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.</i>	3	-	-	-	7	-
<i>Outros</i>	-	101	1	1	5	746
	3.822	3.361	42.044	10.933	21.370	21.378

	Controladora					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
CURTO PRAZO						
<u>Empreendimentos controlados em conjunto</u>						
Serviços prestados e reembolsos:						
<i>Manaus Ambiental S.A.</i>	189	161	10	10	2.293	2.098
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A.</i>	1	-	-	-	7	-
<i>Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A.</i>	17	-	-	-	228	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	39	37	-	-	456	439
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	36	36	-	-	438	401
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	26	25	-	-	323	305
<i>Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.</i>	17	17	-	-	205	208
<i>Resíduo Zero Ambiental S.A.</i>	10	-	-	-	116	-
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	64	58	8	8	766	812
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	20	20	-	-	233	233
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	14	-	-	-	160	-
<i>Organosolví - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	129	129	-	-	131	131
<i>Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.</i>	13	-	-	-	158	-
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	13	-	-	-	147	-
<i>Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP.</i>	1	-	-	-	6	-
<i>Gla - Gestão e Logística Ambiental S.A.</i>	38	-	-	-	228	-
<i>Outros</i>	-	80	-	-	-	756
	627	563	18	18	5.895	5.383
<u>Grupo Servy:</u>						
Serviços prestados e reembolsos:						
<i>Servy Participações Ltda.</i>	3	3	-	-	7	7
<i>Servy Patrimonial</i>	-	3	85	-	7	7
<i>Sergipe Participações Ltda.</i>	3	-	-	-	7	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	10	1.232	3	3	62	764
<i>GPO Sanenco</i>	34	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	32	-	-	-	535
	50	1.270	88	3	83	1.313
<u>Empresas controladas</u>						
JCP:						
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	-	69	-	-	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	381	381	-	-	-	-
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	36	36	-	-	-	-
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	783	783	-	-	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	-	22	-	-	-	-
	1.200	1.291	-	-	-	-

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016*

	Controladora					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
LONGO PRAZO						
<u>Empresas controladas</u>						
<u>Serviços prestados e reembolsos:</u>						
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	-	-	30.000	-	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>			8.648			
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	112.431	-	-	-	-
	-	112.431	38.648	-	-	-
<u>Empreendimentos controlados em conjunto</u>						
AFAC:						
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	-	-	52	-	-	-
	-	-	52	-	-	-
Circulante	5.699	6.485	42.150	10.954		
Não circulante	-	112.431	38.701	-		
Total	5.699	118.916	80.851	10.954	27.348	28.074

Solvi Participações S.A.
 Demonstrações financeiras individuais e
 consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Controladora					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
<u>Empresas controladas</u>						
Mútuos (não circulante):						
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	-	-	8.798	8.330	(799)	(64)
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	-	36	1.638	59	(114)	(108)
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	-	-	49.299	33.459	(4.084)	(3.914)
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	-	-	-	66	-	(113)
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	-	-	1.006	-	-	-
<i>CRVR - Companhia Riograndense Valorização Resíduos Ltda.</i>	-	-	7.039	-	-	-
<i>Vega Valorização de Resíduos</i>	-	-	3.697	-	-	-
<i>Vega Peru S.A.</i>	462	-	-	-	21	-
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	-	-	3.109	-	(270)	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	-	-	120.769	56.311	(10.519)	(8.395)
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	-	-	6.439	-	-	-
<i>Termoverde Caieiras Ltda</i>	-	-	4.436	-	-	-
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	-	241	-	-
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e</i>	-	-	2.416	-	-	-
<i>Vega Sucursal Perú</i>	3.485	3.774	-	-	-	-
<i>Outros</i>	3.750	532	464	198	210	114
	<u>7.697</u>	<u>4.342</u>	<u>209.110</u>	<u>98.664</u>	<u>(15.555)</u>	<u>(12.480)</u>
<u>Empreendimentos controlados em conjunto</u>						
Mútuos (não circulante):						
<i>Manaus Ambiental S.A.</i>	-	-	-	133	-	-
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	1	106	-	150	3.210	2.649
	<u>1</u>	<u>106</u>	<u>-</u>	<u>283</u>	<u>3.210</u>	<u>2.649</u>
<u>Grupo Serw:</u>						
Mútuos (não circulante):						
<i>Servy Participações Ltda.</i>	26	32.392	-	358	3.385	4.296
<i>Servy Patrimonial</i>	-	-	-	25	(40)	(97)
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.</i>	71	33	-	1	7	4
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	-	-	-	2.090	21.851	33.005
	<u>97</u>	<u>32.425</u>	<u>-</u>	<u>2.474</u>	<u>25.203</u>	<u>37.208</u>
<u>Outras partes relacionadas:</u>						
Mútuos (não circulante):						
<i>WAP</i>	1.983	1.783	-	-	-	-
<i>Solvi Environnement</i>	-	3.486	-	-	-	-
<i>RADEL</i>	214	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	15	-	-	-	-
	<u>2.197</u>	<u>5.284</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Circulante	-	-	-	-	-	-
Não circulante	<u>9.992</u>	<u>42.157</u>	<u>209.110</u>	<u>101.421</u>		
Total	<u>9.992</u>	<u>42.157</u>	<u>209.110</u>	<u>101.421</u>	<u>12.858</u>	<u>27.377</u>

(ii) **Consolidado**

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminadas na consolidação e não estão apresentadas abaixo. As transações entre o Grupo Solvi e outras partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Empresas controladas						
CURTO PRAZO						
Serviços prestados e reembolsos:						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	198	289	393	69	(297)	(142)
<i>Atenta Corretora de Seguros Ltda.</i>	-	-	-	-	47	-
<i>São Gabriel Saneamento S.A.</i>	228	240	-	-	199	933
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	141	-	-	-	4	-
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	605	460	48	80	358	(18)
<i>Essencis Ecossistema Ltda.</i>	168	-	17	-	13	-
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	104	-	-	-	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	367	334	-	-	1.027	(184)
<i>Consórcio Porto para Vida</i>	156	-	50	-	77	-
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	530	744	166	199	(294)	133
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	1.197	2.214	2.149	3.724	-	844
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	844	-	-	-	(147)	-
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	1.290	-	1.874	-	-	-
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	64	113	5	5	902	1.562
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>	224	-	3	-	59	-
<i>GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.</i>	38	-	2.302	-	(12.969)	-
<i>São Carlos Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	46	-	-	-	-	-
<i>SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	14	29	-	-	-	-
<i>Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	1	-	103	-	-	-
<i>Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	224	-	16	-	-	-
<i>Innova Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	547	-	-	-	-	-
<i>Vega Peru S.A.</i>	-	-	560	927	-	-
<i>Piauí Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	9	-	6	-	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	1.321	1.082	269	344	1.604	1.164
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	35	31	-	-	-	1
<i>Termoverde Caieiras Ltda</i>	1.892	947	910	677	-	-
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	17	-	-	-	-	-
<i>Biogás Riograndense Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda.</i>	88	-	-	-	(54)	-
<i>Riograndense Participações S.A.</i>	676	-	-	-	-	-
<i>Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. - CRVR</i>	324	417	1.126	3.046	-	3
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	360	70	-	-	-	-
<i>RLI - Revitalização de Lâmpadas Ltda.</i>	120	-	91	-	-	-
<i>Vega Sucursal Perú</i>	304	-	298	-	-	-
<i>Consórcio Vial Kishuara</i>	28	-	-	-	-	-
<i>Vega Sucursal Bolívia</i>	-	-	-	373	-	-
<i>Outros</i>	235	1.575	(8)	1.100	59	(981)
	12.395	8.545	10.378	10.544	(9.412)	3.315

Solvi Participações S.A.
 Demonstrações financeiras individuais e
 consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<u>Empreendimentos controlados em conjunto</u>						
<u>CURTO PRAZO</u>						
Serviços prestados e reembolsos:						
<i>Manaus Ambiental S.A.</i>	866	1.557	10	291	6.084	5.307
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A.</i>	17	-	-	-	228	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	54	62	836	2.993	(977)	(3.153)
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	186	139	33	153	(48)	336
<i>Ecotottal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	504	413	20	33	377	305
<i>Alfnas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.</i>	17	17	-	-	205	208
<i>Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.</i>	13	14	-	-	158	170
<i>Resíduo Zero Ambiental S.A.</i>	10	-	-	-	116	-
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	822	262	202	202	1.573	1.584
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	1.101	1.097	-	-	(96)	(2.434)
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	79	24	23	19	79	80
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	30	74	163	529	675	(334)
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	361	475	-	-	135	175
<i>Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP.</i>	208	217	-	-	6	113
<i>Consórcio Águas de San Martín</i>	-	-	38	-	-	-
<i>Outros</i>	1	2.515	282	-	7	237
	4.269	6.866	1.607	4.220	8.522	2.594
<u>Grupo Servy:</u>						
<u>CURTO PRAZO</u>						
Serviços prestados:						
<i>Servy Participações Ltda.</i>	3	14.559	25	24	7	7
<i>Servy Patrimonial</i>	32	43.193	390	663	18	23
<i>Sergipe Participações Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	495	1.781	179	126	(23)	392
<i>GPO Sanenco</i>	63	-	-	-	-	-
<i>GPO - Sucursal Del Perú</i>	-	-	235	-	-	-
<i>Consórcio Coltani</i>	19.737	-	52	-	-	-
<i>Ejecutor Tingo Maria</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	7	86	-	-	14	195
	20.337	59.619	881	813	16	617
<u>Outras partes relacionadas:</u>						
<u>CURTO PRAZO</u>						
Serviços prestados:						
<i>Instituto Solvi</i>	216	191	422	259	-	-
<i>Unidade de Tratamento de Resíduos - UTR</i>	-	-	-	1.760	(7.215)	-
<i>Hera Brasil</i>	-	-	925	-	-	-
<i>Vital Engenharia Ambiental</i>	-	-	2.946	733	(26.413)	-
<i>Lara Central de Tratamento</i>	-	-	10.729	4.216	(24.090)	-
<i>Paulitec</i>	-	-	2.660	-	(21.832)	-
<i>Outros</i>	-	-	-	264	-	-
	216	191	17.682	7.232	(79.550)	-

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016*

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
JCP:						
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	-	22	-	-	-	-
	-	22	-	-	-	-
<u>LONGO PRAZO</u>						
AFAC:						
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	-	-	15	-	-
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	5.769	-	-	-	-	-
	5.769	-	-	15	-	-
<u>LONGO PRAZO</u>						
AFAC:						
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A.</i>	100	-	-	-	-	-
<i>Vega Sucursal LimpAr</i>	-	-	1.299	1.345	-	-
	100	-	1.299	1.345	-	-
Circulante	37.217	75.243	30.548	22.809		
Não circulante	5.869	-	1.299	1.360		
Total	43.086	75.243	31.847	24.169	(80.424)	6.526

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016*

	Consolidado					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Mútuos (circulante):						
<u>Empresas controladas</u>						
<i>Vega Sucursal Argentina</i>	-	181	-	-	-	-
	-	181	-	-	-	-
<u>Empreendimentos controlados em conjunto</u>						
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	2.959	2.561	36	-	-	-
	2.959	2.561	36	-	-	-
Grupo Servy						
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	-	11.306	-	-	-	-
<i>GPO - Sucursal Del Perú</i>	-	-	102	-	-	-
	-	11.306	102	-	-	-
Mútuos (não circulante):						
<u>Empresas controladas</u>						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	827	-	1	46	(161)	-
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	1.772	-	-	-	(701)	(284)
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	-	-	65	-	(67)	-
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	429	373	1.821	-	(21)	-
<i>Vega Peru S.A.</i>	1.108	2.071	11	1.494	223	162
<i>Igar - Vega Santa Cruz</i>	25	-	25	-	484	-
<i>Piauí Ambiental S.A.</i>	20	-	-	-	-	-
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Termoverde Caieiras Ltda</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. - CRVR</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Consórcio Vial Kishuara</i>	1.426	-	-	1.684	-	-
<i>Vega Sucursal Bolívia</i>	-	-	-	-	(166)	-
<i>Vega Sucursal Perú</i>	-	3.774	-	-	-	-
<i>Outros</i>	3.945	921	315	232	253	634
	9.552	7.139	2.238	3.456	(156)	512
<u>Empreendimentos controlados em conjunto</u>						
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A.</i>	29	114	-	-	16	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	5.147	5.748	-	-	511	558
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	9.593	8.800	-	-	818	765
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	-	-	67	61	(1)	(251)
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	19.327	16.374	-	-	2.389	2.660
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	334	1.018	-	-	119	118
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	498	602	-	22	3.584	3.098
<i>Consórcio Águas de San Martin</i>	-	25	-	8.130	-	-
<i>Outros</i>	2	-	18	2	-	101
	34.930	32.681	85	8.215	7.436	7.049
Grupo Servy						
<i>Servy Participações Ltda.</i>	26	32.392	-	-	3.385	4.296
<i>Servy Patrimonial</i>	-	-	-	-	(40)	-
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	14.586	68.419	5.006	160	26.839	35.076
<i>GPO - Sucursal Del Perú</i>	27.289	22.128	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	34	-	336	7	(93)
	41.901	122.973	5.006	496	30.191	39.279

	Consolidado					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Mútuos (circulante):						
<i>Outras partes relacionadas</i>						
Watanabe Participações	1.983	1.783	-	-	-	-
Solvi Environnement	-	3.486	-	-	-	-
Carlosw	1.043	-	-	-	-	-
Fhartt	443	-	-	-	-	-
Renem	443	-	-	-	-	-
Cesarw	1.085	-	-	-	-	-
Radel	214	-	-	-	-	-
	5.211	5.269	-	-	-	-
Circulante	2.959	14.048	138	-		
Não circulante	91.594	168.062	7.329	12.167		
Total	94.553	182.110	7.467	12.167	37.471	46.840

Movimentação de mútuos no passivo

	Controladora	Consolidado
Saldo em 2016	(101.421)	(12.167)
Captação	(53.113)	(1.993)
Juros	(15.360)	(592)
Pagamento de juros	34	184
Pagamento do principal	25.978	5.037
variação cambial	(136)	20
Assunção de dívida	(88.784)	(21.648)
Cisão	23.692	23.692
Saldo em 2017	(209.110)	(7.467)

Outras transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos estão atrelados a uma taxa de juros de 3% a 9,63% a.a. e de 100% a 140% do CDI, com vencimento de janeiro de 2017 a novembro 2023, com a possibilidade de prorrogação.

23 Salários, benefícios e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários	391	362	22.972	22.177
Encargos trabalhistas	471	411	19.078	13.306
Férias	1.815	1.804	63.178	63.593
Participação no resultado	2.152	1.162	26.230	25.619
	4.829	3.739	131.458	124.695

Planos de contribuição definida

Aos funcionários que aderiram, o Grupo Solví provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os custos incorridos com a manutenção do plano montaram R\$169 no consolidado (R\$1.446 em 2016), os quais foram reconhecidos diretamente ao resultado.

Participação nos resultados

Algumas controladas constituíram provisão para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, no valor consolidado de R\$26.230 (R\$25.619 em 2016).

24 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contingências (a)	496	539	70.078	54.624
Urbanização de aterro (b)	-	-	81.249	66.798
Provisões de recuperação operacional so sistema de aterro (c)	-	-	34.000	-
Provisão para obrigações contratuais futuras	-	-	1.468	-
	496	539	186.795	121.422

a. Provisão para contingências

O Grupo Solví e parte em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável. Os saldos finais e as respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Controladora		
	Trabalhista	Honorários	Total
Saldo 31/12/2015	-	-	-
(+) Adições	-	539	539
Saldo 31/12/2016	-	539	539
(+) Adições	1	1.479	1.480
(-) Reversões	-	(1.523)	(1.523)
Saldo 31/12/2017	1	495	496

	Consolidado				
	Cível	Trabalhista	Tributário	Honorários	Total
Saldo 31/12/2015	5.201	18.000	92	2.627	25.920
(+) Reversão de compensação de depósitos judiciais 2014	4.156	6.486	-	-	10.642
(+) Adições	942	29.259	13.991	5.223	49.415
(-) Reversões	(57)	(15.702)	(38)	(2.857)	(18.654)
Total sem compensação judicial	10.242	38.043	13.953	4.993	67.324
(-) Compensação de depósitos judiciais acumulados	(4.407)	(8.293)	-	-	(12.700)
Saldo 31/12/2016	5.835	29.750	13.953	4.993	54.624
(+) Reversão de compensação de depósitos judiciais 2015	4.407	8.293	-	-	12.700
(+) Adições	9.441	44.379	1.761	9.231	64.812
(-) Reversões	(4.277)	(31.757)	(38)	(8.551)	(44.623)
Total sem compensação judicial	15.406	50.665	15.676	5.673	87.513
(-) Compensação de depósitos judiciais acumulados	(4.613)	(12.822)	-	-	(17.435)
Saldo 31/12/2017	10.793	37.843	15.676	5.673	70.078

Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo Solví efetuou o pagamento no montante de R\$14.024 (R\$10.497 em 2016) dos processos contingenciais.

b. Provisão para urbanização de aterros

Urbanização de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. Um ativo é registrado como uma contraparte contra a provisão e é depreciado de acordo com o esgotamento da capacidade do aterro ou a necessidade de cobertura durante o período.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, destacando-se:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes;
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.);
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado; e
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano e depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual).

O Grupo Solvi reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários no montante de R\$81.249 e R\$66.798 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 14,6% ao ano (14,6% ao ano em 2016). A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2017:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo em inicial	66.798	54.461
Constituição de provisão	15.643	14.743
Realização da provisão	(1.192)	(2.406)
Saldo final	81.249	66.798

c. Provisão de recuperação operacional do sistema aterro

	Consolidado
Recuperação operacional do sistema de aterro	2017
Guamá Tratamento de Resíduos (a)	30.000
Rio Grande Ambiental (b)	4.000
Não Circulante	34.000

- (a) Conforme comentado na nota nº 1 – Contexto Operacional, a controlada Guamá efetuou uma provisão para os gastos extraordinários no tratamento de chorume em virtude do grande volume acumulado após o alto índice pluviométrico de janeiro de 2017 na região que acarretou geração de percolado acima dos níveis médios.

A provisão constituída tem como base o tratamento de 150.000 m³ de chorume armazenado no empreendimento em 31 de dezembro de 2017. O custo médio de transporte e tratamento foi calculado em R\$ 200,00/m³ com base em estimativas de preços das opções disponíveis, tais como de osmose reversa e/ou em instalações de terceiros licenciados. A opção pelo tipo de tratamento de chorume será definido pela empresa com a aprovação dos órgãos reguladores.

- (b) Conforme comentado na nota 1 – Contexto Operacional para fazer frente as contingenciais ambientais, a controlada RGA efetuou uma provisão de R\$4.000 para os gastos iniciais de recuperação da infraestrutura de tratamento de chorume em 2017. A provisão será revertida de acordo com sua realização e desembolso de caixa.

25 Impostos, taxas e contribuições a recolher

São compostos como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ISS sobre vendas	-	5	28.667	29.086
PIS sobre vendas	4	70	9.440	13.102
COFINS sobre vendas	24	429	50.509	61.086
ICMS	-	-	1.491	1.358
IRRF	538	379	3.320	2.820
PIS/COFINS/CSLL	30	74	824	755
INSS Retido	128	146	2.420	2.451
ISS Retido	15	9	957	666
Parcelamentos fiscais(a)	-	-	36.112	4.769
Outros	-	-	1.466	3.148
Total	739	1.112	135.206	119.241
Circulante	739	1.112	135.064	115.219
Não circulante	-	-	142	4.022

- (b) O Grupo Solvi aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária relativo a tributos federais instituído pela Lei 13.496 de 24 de Outubro de 2017, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2017 soma R\$35.970, já deduzidos dos descontos de multa e juros concedidos no programa.

O PERT contempla débitos tributários inadimplentes até a data de vencimento 30 de abril de 2017. Em algumas entidades do Grupo a opção de adesão foi pelo pagamento de 5% da dívida em espécie, dividido em 5 parcelas e quitação de 95% da dívida com prejuízos fiscais próprios ou de entidades do Grupo. Em outras entidades do Grupo a opção foi o pagamento de 24% da dívida em 24 parcelas, e quitação de 76% com prejuízos fiscais próprios ou de entidades do Grupo.

A quitação dos débitos com prejuízos fiscais deverá ocorrer durante o ano de 2018, somente quando a Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional expedirem Ato Normativo determinando a consolidação dos débitos e a indicação de quais entidades do Grupo irão ceder prejuízos fiscais destinados quitação dos débitos.

Os parcelamentos estão sendo efetuados em parcelas mensais e sucessivas, com juros financeiros equivalentes à taxa de juros a longo prazo (TJLP).

26 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas da Companhia possuíam registrados ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber de municipalidades, conforme permitido pela legislação do imposto de renda. A composição desses diferidos é como segue:

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016*

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízos fiscais acumulados	261.729	307.656	461.720	661.308
Diferenças temporárias:				
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos *	-	-	(102.419)	(83.518)
Amortização do deságio	(57.012)	(57.012)	(57.012)	(57.012)
Amortização do ágio	-	-	1.982	4.623
Provisão para contingências cíveis, tributárias e trabalhistas	496	537	87.807	66.808
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	26.652	26.642
Provisões comissões s/vendas	-	-	24	-
Provisões perda estoque	-	-	2.822	-
Provisão para urbanização de aterro	-	-	80.956	56.084
Provisão de transporte de chorume	-	-	34.000	-
Perdas por imparidade	-	-	17.739	-
Provisão Conscientização População	-	-	1.468	-
Provisão para participação nos resultados	2.152	1.162	26.230	24.202
Mais valia de ativos em combinação de negócios	-	-	(357.051)	(382.912)
Regime Transitório de Tributação - RTT nos contratos de concessão	-	-	1.344	5.985
Realização da Reavaliação de Terrenos Aterro	-	-	(3.641)	(4.063)
Goodwill Piauí	-	-	10.122	-
Perda de valor justo CSN	97.789	-	161.039	-
Outros	-	-	1.657	2.303
Base total final	305.154	252.343	395.439	320.450
IR/CS diferido sobre diferenças temporárias - 34%	34	34	34	34
Imposto de Renda e contribuição social diferidos, líquidos (a)	103.752	85.797	134.449	108.952
Base reduzida por incentivo fiscal				
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	-	-	-	516
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	1.417
Provisão para urbanização de aterro	-	-	-	10.714
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	-	-	-	(9.051)
Total	-	-	-	3.596
IR/CS diferido sobre diferenças temporárias -15,25%	15,25	15,25	15,25	15,25
Imposto de Renda e contribuição social diferidos, líquidos (b)	-	-	-	548
Provisão para o não reconhecimento do imposto diferido sobre prejuízos fiscais (c)	(115.526)	(104.603)	(78.145)	(200.198)
Total Imposto de Renda e contribuição social diferidos (a) + (b) + (c)	(11.774)	(18.806)	56.304	(90.698)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos ativos	-	-	195.022	63.088
Imposto de Renda e contribuição social diferidos passivos	(11.774)	18.806	(138.718)	(153.786)

* Refere-se a lucros oriundos de contratos com clientes públicos, cuja tributação do imposto de renda e da contribuição social é diferida para o momento do efetivo recebimento.

Os ativos fiscais diferidos, a seguir demonstrados, foram reconhecidos conforme abaixo:

Em 31 de dezembro de 2017, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido antes dos impostos e das participações no resultado	(222.254)	85.193	(78.439)	203.743
Alíquota nominal do IR e da CS - %	34%	34%	34%	34%
Provisão de imposto de renda e contribuição social	75.566	(28.966)	26.669	(69.273)
Incentivo fiscal lucro da exploração	-	-	2.594	2.796
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	(33.417)	45.992	9.447	13.647
Ajuste a valor justo investimento na CSN	(33.248)	-	(54.753)	-
Provisão perda de mútuo com controlada em conjunto	-	(9.711)	-	(9.711)
Provisão para o não-reconhecimento do IR diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(6.175)	-	(67.928)	(30.928)
Crédito de estorno de Pis e Cofins de 2013	-	-	(1.072)	-
Brindes/multas indedutíveis	(13)	(2)	(308)	(540)
Bônus/doações/patrocínios	-	(17)	(889)	(1.066)
Participação nos resultados	(69)	(45)	(915)	(911)
Baixa de ágios de contratos encerrados	-	-	(7.458)	-
Amortização mais valia	(2.268)	-	(4.990)	-
IR/CS a compensar - estorno de exercícios anteriores	-	12.489	-	12.489
Estorno de IR/CS contabilizado em exercícios anteriores	-	31.111	-	31.111
Estorno de atualização de contas a receber	-	(5.733)	-	(5.733)
Provisão para impairment de máquinas e equipamentos	-	-	-	(5.397)
IR/CS Diferido - Adesão ao Programa de Regularização Tributária	-	-	(58)	9.857
IR Diferido adesão ao PERT	6.710	-	6.086	-
Ganho por compra vantajosa de investimentos (a)	-	-	-	34.399
Outras diferenças permanentes	(54)	(1.291)	3.966	1.745
Provisão para imposto de renda e contribuição social	7.032	43.827	(89.609)	(17.516)
Correntes	-	12.321	(111.164)	(87.102)
Diferidos	7.032	31.506	18.959	66.790
Incentivos fiscais	-	-	2.594	2.796

(a) Em novembro de 2016 o Grupo Solví adquiriu 24,75% das ações da CSN, sendo 24,5% através da subsidiária CPA e 0,25% pela subsidiária Solví Saneamento (detentora de 50% da CSN).

27 Patrimônio líquido

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 19 de dezembro de 2017, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R\$1.270 para o montante atual de R\$415.000, tendo um aumento de R\$413.730 divididas em 415.000 ações ordinárias, nominativas com valor nominal de R\$1 real cada uma, o aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado por meio da capitalização da conta de reserva de retenção de lucros, conforme levantado no balanço de 31 de outubro de 2017 na nota explicativa nº1.

(i) Reserva de capital

Foi constituída por reflexo da equivalência patrimonial sobre as movimentações do patrimônio da Essencis Soluções Ambientais S.A. (R\$123.846) e da Revita Engenharia S.A. (R\$3.442), totalizando o montante de R\$127.288, devido ao reconhecimento do ativo fiscal diferido proveniente da baixa de ágio nas referidas controladas.

(ii) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iii) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

(iv) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Lei 11.638/07.

As movimentações correspondentes a equivalência sobre baixa de ágio e constituição da reserva de capital, no montante total de R\$220.855 (R\$348.143 - baixa dos ágios, subtraído R\$127.288 - ativo fiscal diferido), estão apresentadas no investimento conforme nota explicativa nº16.1.

A companhia utilizou o montante de R\$413.730 da reserva de retenção para o aumento de capital social conforme nota explicativa 16.2.

(v) Reserva de ágio

A reserva de ágio no valor de R\$4.491, foi constituída pelo reconhecimento do benefício fiscal anteriormente pertencente a Revita Engenharia S.A. e incorporado pela CRVR em 30 de setembro de 2013 da qual a Solvi detém 70% da participação totalizando o valor de R\$3.143.

28 Receita operacional líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita bruta de serviços:				
Clientes públicos	-	-	1.916.923	1.945.081
Clientes privados	1.293	1.224	540.301	561.629
Total receita bruta de serviços	1.293	1.224	2.457.224	2.506.710
Reversão do ativo financeiro (a)	-	-	(19.673)	
Receita de construção	-	-	17.439	27.363
Total receita bruta	1.293	1.224	2.454.990	2.534.073
Impostos incidentes sobre as vendas:				
ISS	(59)	(61)	(106.795)	(108.026)
PIS	(21)	(20)	(38.617)	(39.362)
COFINS	(99)	(93)	(177.880)	(181.293)
ICMS	-	-	(7.865)	(6.821)
Total impostos incidentes sobre vendas	(179)	(174)	(331.157)	(335.502)
Receita Líquida	1.114	1.050	2.123.833	2.198.571

A receita reconhecida com relação à construção em 2017 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A receita, custo e lucro bruto nos contratos de concessão (nota explicativa nº36) em 2017 e 2016 são como seguem:

Empresa	31/12/2017		
	Receita de construção	Custo de construção	Reversão de receita
<i>Battre - Bania Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda</i>	2.762	(2.762)	-
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA</i>	9.960	(9.960)	-
<i>Rio Grande Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	592	(592)	-
<i>São Carlos Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda</i>	1.916	(1.916)	-
<i>São Gabriel Saneamento S.A</i>	2.057	(2.057)	-
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	152	(152)	-
	<u>17.439</u>	<u>(17.439)</u>	-
Total	<u>17.439</u>	<u>(17.439)</u>	-

Empresa	31/12/2016		
	Receita de construção	Custo de construção	Reversão de receita
<i>Battre - Bania Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda</i>	5.748	(5.748)	-
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA</i>	15.532	(15.532)	-
<i>Rio Grande Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	1.947	(1.947)	-
<i>São Carlos Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda</i>	1.078	(1.078)	-
<i>São Gabriel Saneamento S.A</i>	2.815	(2.815)	-
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	243	(243)	-
	<u>27.363</u>	<u>(27.363)</u>	-
Total	<u>27.363</u>	<u>(27.363)</u>	-

- (a) Em 2017, houve a realização do ativo financeiro reconhecido em relação aos investimentos realizados em infraestrutura definida no contrato de concessão, quando de sua conclusão, na controlada Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA. Essa realização ocorreu mediante à compensação de valores recebidos mensalmente na composição da tarifa de prestação de serviço.

29 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2017	2016
Salários e Encargos	(704.396)	(714.342)
Mão-de-Obra	(277)	(179)
Aluguel	(193.859)	(191.833)
Depreciações	(135.768)	(147.369)
Materiais aplicados nos serviços	(180.799)	(170.298)
Serviços de terceiros (a)	(337.696)	(330.704)
Creditos fiscais	78.087	80.454
Custo de bens reversíveis	(17.439)	(27.363)
Energia Elétrica	(17.705)	(31.732)
Outros custos de produção	(98.723)	(103.866)
Total	<u>(1.608.575)</u>	<u>(1.637.232)</u>

- (a) As principais naturezas de serviços de terceiros são referentes a transporte de resíduos, serviços de incineração, destinação em aterros, e serviços de coleta de resíduos.

30 Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(1.200)	(3.978)
Recuperação de créditos de títulos inadimplentes	-	-	1.690	-
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	-	(169)	(817)
Patrocínios, brindes e doações	-	(127)	(617)	(713)
Propaganda e publicidade	(79)	(88)	(3.520)	(4.758)
Feriras e eventos	(46)	-	(973)	(539)
Outros	-	-	(425)	(364)
Total	(125)	(215)	(5.214)	(11.169)

31 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Remuneração direta mão de obra	(16.074)	(14.592)	(66.475)	(64.846)
INSS	(3.036)	(2.923)	(11.252)	(10.740)
FGTS	(894)	(879)	(3.153)	(2.987)
Benefícios	(3.024)	(2.698)	(10.191)	(9.392)
Aluguéis	(1.493)	(1.445)	(8.595)	(9.018)
Depreciação	(2.081)	(1.958)	(4.074)	(4.440)
Materiais	(401)	(139)	(1.663)	(1.678)
Fretes e carretos	(49)	(19)	(62)	(116)
Serviços de terceiros (a)	(13.090)	(17.518)	(52.674)	(56.049)
Tributos, seguros e contribuições	(1.196)	(384)	(10.557)	(7.648)
Viagens e estadias	(355)	(541)	(1.727)	(2.852)
Outros	(1.866)	(1.509)	(9.149)	(9.668)
Reembolso de despesas serv. compartilhadas (CSC)	26.061	26.263	-	-
Total	(17.498)	(18.342)	(179.572)	(179.434)

- (a) Os valores de serviços de terceiros referem-se basicamente à contratação de serviços de consultorias administrativas e financeiras, honorários advocatícios e assessoria técnica.

32 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receita de aluguel	-	-	228	324
Receitas Eventuais	56	-	1.085	6.458
Despesas e provisões contingênciais	(1)	-	(31.126)	(36.797)
Patrocínio e doações	71	-	(2.220)	(2.421)
Resultado venda de imobilizado	-	(11)	807	(1.614)
Ganho de valor justo de aquisição de empresa (a)	-	-	-	101.172
Provisão de redução ao valor recuperável (b)	(100.126)	(20.201)	(178.652)	(17.249)
PIS e COFINS sobre outras receitas	(1.416)	-	(3.862)	(4.160)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	(17.739)	(15.000)
Provisão de honorários advocatícios	-	-	(640)	(2.456)
Provisão de mútuo com controlada em conjunto	(16.883)	(28.563)	(29.330)	(28.563)
Multa contratual	(115)	-	(1.787)	-
Outras despesas e receitas (c)	(100)	(7.326)	623	(16.380)
Total	(118.514)	(56.101)	(262.613)	(16.686)

As principais alterações do consolidado da Solvi Participações S.A. referem-se:

- (a) Em 2016 ocorreram combinações de negócios que o Grupo adquiriu um novo percentual, com ganho de valor justo da empresa Companhia de Saneamento do Norte (CSN).
- (b) O principais valores de 2017 refere-se a provisão de perda ao valor recuperável de investimentos transferidos para ativos mantidos para venda no montante de R\$97.789 na controladora e R\$161.038 no consolidado, conforme nota explicativa nº15.

Em 2016 a Companhia e a controlada Essencis, aportaram um aumento de capital na empresa Koleta com participações diferentes, ocasionando uma perda para a Companhia de R\$3.339 e um ganho na Essencis da mesma proporção.

Ocorreu em 2016 uma reversão da não realização da venda de 24,75% das ações da CSN para a SAAB no valor de R\$16.862.

- (c) O principais valores apresentados como outras despesas e receitas referem-se basicamente, ao encontro de contas da cessão das compras e vendas de energia pela Termoverde Salvador e recebimentos e pagamentos pela Termoverde Caieiras no valor de R\$3.386. Para atender os clientes da Termoverde Caieiras foi necessário que a Termoverde Salvador participasse da compra e venda pela Termoverde Caieiras que ainda não estava produzindo energia, desta forma foram reconhecidas em outras receitas e despesas o montante líquido da operação (gastos com compra de energia menos receita de repasse á Termoverde Caieiras). E conforme ata de reunião de sócios realizada em 11 de junho de 2016, a controlada Revita renunciou ao recebimento dos dividendos a pagar da controlada Abrantes Ambiental Ltda no valor de R\$3.112.

33 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras:				
Receitas juros sobre contratos de mútuo	28.944	40.448	39.274	48.142
Variação monetária	164	2.637	2.621	10.934
Rendimentos sobre aplicações financeiras	183	275	10.250	15.660
Correção de depósitos judiciais	-	-	6	1.277
Juros recebidos e descontos obtidos	1.501	8.118	16.473	17.662
Total	30.792	51.478	68.624	93.675
Despesas financeiras:				
Variação monetária	(367)	(1.568)	(19.182)	(17.000)
Despesas bancárias	(2.318)	(2.081)	(10.533)	(12.179)
Ajuste de valor presente das contas a receber	-	-	-	(124)
Despesas com juros e descontos concedidos	(93)	(577)	(22.109)	(23.079)
Despesas juros sobre contratos de mútuo	(15.828)	(13.170)	(1.791)	(1.425)
Despesas multas e moras financeiras	(462)	(359)	(7.540)	(6.418)
Tributos sobre movimentações financeiras	(2.256)	(1.961)	(7.212)	(7.710)
Juros sobre financiamento	(10.986)	(12.687)	(184.437)	(223.525)
Total	(32.310)	(32.403)	(252.804)	(291.460)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.518)	19.075	(184.180)	(197.785)

34 Cobertura de seguros

O Grupo Solví adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Durante o período de concessão, compete à Concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

As apólices contratadas pelo Grupo Solví oferecem as coberturas de risco operacional, danos materiais e responsabilidade civil.

35 Passivos contingentes

O Grupo Solví é parte em diversos processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração do Grupo Solví e seus assessores legais entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira e no resultado de suas operações. Em 2017, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, descritas na nota explicativa nº24, o montante correspondente a outros processos movidos contra o Grupo Solví com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$71.284 (R\$55.000 em 2016).

Os principais processos com estimativa de perdas possíveis em 31 de dezembro de 2017 são:

Ação Civil Pública – MP-SP x Vega Engenharia Ambiental S.A. – Celso Pitta

Trata-se de Ação de Improbidade Administrativa promovida pelo MP/SP, por suposto pagamento ao ex-prefeito Celso Pitta e sua esposa para assistir a abertura da Copa do Mundo de 1998 em Paris. Essa ação foi julgada parcialmente procedente e determinada a suspensão de contratação exclusivamente com a prefeitura de São Paulo. Nos últimos andamentos, em maio/2017 foi julgado o Recurso Especial, na qual foi dado parcial provimento ao recurso para a exclusão da multa prevista na Lei de Improbidade Administrativa e delimitou a proibição de contratar apenas com a Prefeitura de São Paulo. Dessa decisão, foram opostos embargos de declaração para extinguir a ação pela morte do ex-agente público que é litisconsorte necessário para a composição do polo passivo. Os embargos foram monocraticamente não acolhidos, sendo alvo de agravo interno. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Vega, o prognóstico de perda é possível.

Ação Civil Pública – MP-SP x Vega Engenharia Ambiental S.A. - Varrição

Trata-se de Ação de Improbidade Administrativa promovida pelo MP/SP, por suposta irregularidade na licitação para limpeza urbana do município de São Paulo, em que a Vega Sopave figurou como vencedora do certame. Em sentença foi julgada parcialmente procedente no sentido de declarar nulo o contrato administrativo 13/LIMPURB/95, restituir os valores recebidos dos cofres municipais no contrato e a proibir de contratar com o Poder Público. Dessa decisão, a Vega Sopave, atual Vega Engenharia Ambiental, recorreu da decisão na qual foi dado parcial provimento para reduzir a proibição de contratação com o Poder Público para 3 anos, redução da obrigação de ressarcimento ao erário para 30% dos valores atualizados dos aditamentos ilegais e reconheceu a validade do 2º aditivo contratual. Dessa decisão foi interposto RESP que admitido, aguarda julgamento. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Vega, o prognóstico de perda é possível.

Ação Civil Pública – MP-RS x RGA – Improbidade Administrativa

Trata-se de ação civil pública promovida pelo MP-RS por supostos atos de improbidade administrativa ao oferecer vantagens aos agentes públicos para viabilizar a formalização do contrato administrativo celebrado em 06/09/2005. A RGA e a Vega, ambas figurando como Rés neste processo, apresentaram a sua defesa prévia. Ato contínuo, aguarda-se o recebimento da carta de citação. Segundo os assessores jurídicos contratados pela RGA, o prognóstico de perda é possível.

Ação Civil Pública - SL Ambiental

Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo MP/RS, com o objetivo de ver declarada a nulidade do contrato de concessão dos serviços de limpeza urbana, tratamento e destinação final de resíduos, avençado com o Município de São Leopoldo. A ação foi julgada procedente e a Companhia obteve, perante o STF, decisão monocrática, que tornou sem efeito a decisão que havia declarado nulo o contrato. Ainda pende julgamento definitivo sobre a causa. Em março/2016, foi julgado novamente o recurso de apelação interposto pela SL Ambiental, que não foi dado provimento. Dessa decisão, foram opostos embargos de declaração que foram rejeitados. Em julho/2016, a SL Ambiental interpôs o RESP, que aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, o prognóstico de perda é possível.

Ação Popular - Concorrência Pública nº 12/2009 - Comarca de Montes Claros - Revita Engenharia S.A.

Trata-se de Ação Popular na qual o autor se insurge contra o edital e a Concorrência Pública nº 12/2009, alegando a ocorrência de supostas irregularidades. A Revita já apresentou Contestação, nos autos, e o processo encontra-se em fase de instrução. Em 05/12/2017, as partes foram intimadas para especificarem provas. De acordo com os assessores jurídicos contratados da Revita, o prognóstico de perda é possível.

Ação Civil Pública - Concorrência Pública nº 12/2009 - Comarca de Montes Claros - Revita Engenharia S.A.

Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais na qual são questionados supostos atos de improbidade administrativa, que teriam hipoteticamente favorecido particulares na Concorrência nº 12/2009. Em 22/10/2014, foi deferido o pedido de liminar do MP para indisponibilizar os bens encontrados pelo RENAJUD e no CRI. Apresentamos o pedido de substituição da penhora pelo Seguro Garantia que, inicialmente, foi deferido pelo Juízo. Após análise do seguro garantia pelo MP, foi determinado que fosse apresentado novo seguro garantia para assegurar a condenação no valor da condenação atualizado até 2022. Já foi apresentado o novo seguro garantia com as condições impostas pelo Juízo. Paralelamente, em 02/09/2016 foi juntada aos autos a Defesa Prévia da Revita. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.

Ação Civil Pública – Ambiental - Comarca de Belém/PA – Estado do Pará X Revita Engenharia S.A e Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

O Estado do Pará ajuizou a ação civil pública tendo como objeto a indenização em caráter coletivo, bem como, em sede de liminar, pleiteou uma intervenção com a finalidade de estabelecer, provisoriamente, um regime de co-gestão das operações do aterro sanitário. O pedido foi deferido por meio de liminar. As empresas apresentaram Agravo de Instrumento o qual teve provimento parcial. Paralelamente, as empresas – Revita e Guamá – apresentaram a sua contestação, iniciando-se a fase de instrução processual. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.

Ação Civil Pública – Ambiental - Comarca de Belém/PA – MP-PA X Revita Engenharia S.A e Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

O MP-PA ajuizou a ação civil pública com pedido de tutela de urgência, bem como, pleiteou indenização, compensação e obrigações de fazer e não fazer diante de supostas irregularidades na operação do aterro sanitário de Marituba. As empresas-rés já apresentaram a contestação, bem como, interpuseram o recurso de Agravo de Instrumento diante do deferimento da liminar. Aguardamos o recebimento do recurso pelo Relator. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.

Ação Penal – Crime Ambiental – Suposta Supressão Vegetal – MP-PA x Guamá Tratamento de Resíduos Ltda e outros

O MP-PA apresentou a denúncia penal contra as pessoas físicas e jurídicas Guamá e Revita sob a alegação de que houve supressão vegetal fora do poligonal determinado pela licença ambiental. Estamos na fase de apresentação de respostas à acusação.

Ação Penal – Crime Ambiental – Supostos descumprimentos das condicionantes da licença – MP-PA x Guamá Tratamento de Resíduos Ltda e outros

O MP apresentou denúncia penal contra as pessoas físicas e jurídicas - Guamá, Solví e Revita para apurar supostos crimes ambientais cometidos até maio/2016. Estamos na fase de apresentação de respostas à acusação.

Ação Penal – Crime Ambiental – Supostos descumprimentos das condicionantes da licença – MP-PA x Guamá Tratamento de Resíduos Ltda e outros

O MP-PA apresentou a denúncia penal contra as pessoas físicas e jurídicas - Guamá, Solví, Revita e Vega Valorização de Resíduos, sob a alegação de supostos crimes ambientais ocorridos por eventual falha operacional da Guamá no ano de 2015. Estamos na fase de apresentação de respostas à acusação.

Ação Civil Pública – Nulidade de Licitação - Comarca de Rio Grande/RS – Rio Grande Ambiental Ltda.

O MP pleiteia a declaração de nulidade do contato de concessão firmado com a Rio Grande, decorrente da previsão de remuneração por usuário único e pelo período fixo de 20 anos. Em 1ª instância, os pedidos foram julgados procedentes, declarando nulo o contrato firmado por licitação. No TJRS, o recurso interposto pela Rio Grande foi desprovido. Dessa decisão, foi interposto RESP, que foi admitido após a interposição do ARESP. O recurso está concluso com o Min. Relator. Paralelamente, foi intentada a medida cautelar para suspender os efeitos da sentença. A liminar foi deferida e o RESP foi recebido no efeito suspensivo. E junto a medida cautelar, foi apresentada a reclamação constitucional ao STF para pleitear a constitucionalidade do art. 14 da Lei municipal 5877/2004, pois o TJRS não arguiu a inconstitucionalidade em seu Plenário. Essa reclamação não foi conhecida pelo STF e já ocorreu o trânsito em julgado. No mérito, foi monocraticamente negado provimento o RESP interposto pela RGA, sendo apresentado o agravo interno. Contra a Medida Cautelar, em relação à qual foi impetrado RESP julgado prejudicado, foi posteriormente interposto Agravo Interno, o qual não foi provido. O RE foi remetido ao STF e, paralelamente, foi ajuizada uma medida cautelar no STF para suspender os efeitos da sentença, que foi indeferida. Em primeira instância, em outubro/2017, o MP iniciou a execução provisória e requereu a suspensão do contrato administrativo em 90 dias. No final de dezembro/2017, foi firmado acordo entre as partes, do qual se aguarda homologação.

Ação Civil Pública – Sobrejornada – Seção Judiciária de Santa Maria/RS – Revita Engenharia S/A.

O MPT pleiteia indenização por conta de sobrejornada habitual, que segundo ele, não foram autorizadas previamente. Houve a instrução processual, com produção de provas documental e testemunhal por parte da empresa. A sentença julgou parcialmente procedente os pedidos, determinando que fossem adequados a jornada de trabalho, conforme pedido do Ministério Público do Trabalho - MPT. Aguardando julgamento do recurso ordinário. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.

Ação Civil Pública – Manaus Ambiental. S.A

Em 2 de janeiro de 2003, o Ministério Público ingressou com ação civil pública para obrigar a Companhia a efetuar o tratamento de esgotos, conforme determina a legislação ambiental. Entretanto, a despeito da Companhia já cumprir a legislação ambiental, naquela data as metas do Contrato de Concessão estabeleciam índices de coleta de esgotos diferentes dos índices de tratamento de esgotos determinados pela legislação ambiental. Os assessores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como possível nessa ação civil pública, cujo

valor da causa atualizado soma R\$9.101. Afora isso, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no julgamento da ação nº 0061501-96.2002.8.04.0001, em 17/12/2013, legitimou a cobrança da tarifa de esgoto pela Manaus, reconhecendo que a cobrança da concessionária está de acordo com o que dispõe o Contrato de Concessão e legislação aplicável, em consonância com o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento do REsp 1330195/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 04/02/2013. Ademais, em 22 de novembro de 2016, foi publicado para manifestação das partes o laudo do Perito nomeado pelo Juiz. O laudo foi favorável à Concessionária, o que aumenta consideravelmente as chances de êxito na presente ação, já que se trata da principal prova do processo.

Ação Tributária - Manaus Ambiental. S.A

Em 15 de dezembro de 2009, a foi emitido Auto de Infração devido a inconformidades na retenção e recolhimento do ISSRF do período de 2004 e 2006, bem como, erros e omissões no preenchimento nas declarações mensais de serviços. Os assessores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como possível nessa ação civil tributária, cujo valor da causa atualizado soma R\$8.851. Ademais, o processo vem aguardando o seu julgamento na Gerência de Contencioso Fiscal.

Ação Tributária – Essencis Soluções Ambientais S.A

Trata-se da Execução Fiscal nº 0111581-74.2013.8.19.0029, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Magé, ajuizada pelo Município de Magé, objetivando a cobrança de valores supostamente devidos a título de ISS, no período compreendido entre os anos de 2004 a 2007, bem como multa por ausência de escrituração nos livros fiscais. Entretanto, o título executivo não é dotado de liquidez certa, diante da ausência de clareza na Certidão da Dívida ativa nº 097985/2013. Em 20/07/2017 foi protocolizada a Exceção de Pré-Executividade demonstrando a absoluta inexigibilidade do título executado e até o momento não houve qualquer movimentação processual. O prognóstico de perda é possível, sendo considerado na melhor hipótese a redução da multa para cem reais por livro ou por mês, considerando a tese tributária de “retroatividade benigna da infração” e, na pior hipótese, a tese de “efeito de confisco da multa aplicada”, com base em jurisprudência firmada pelo STF, reduzindo a multa aplicada para 30%.

Ação Trabalhista – Essencis Soluções Ambientais S.A

Trata-se de Reclamação Trabalhista nº 0000769-78.2016.5.08.0008, na Comarca de Belém, proposta por Carlos Augusto Furtado da Cunha em face de Essencis Soluções Ambientais S/A, pleiteando o reconhecimento de doença ocupacional e a consequente condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, nulidade da demissão e reintegração no emprego (estabilidade CIPA e acidentária), bem como pagamento de pensão mensal, apresentando o valor da causa de R\$6.000. O laudo pericial concluiu que não há nexo causal entre a doença alegada pelo Reclamante e as atividades que este exercia na Reclamada, reduzindo, assim, a chance de êxito da ação. Entretanto, o prognóstico de perda da ação é considerado possível. O processo aguarda sentença.

Cível - Demais controladas

Algumas controladas figuram no polo passivo em ações civis públicas, nas quais são discutidos os contratos avençados com o Poder Público, decorrentes da própria atividade do Grupo, que se concentra, com maior relevância, na prestação de serviços públicos de limpeza urbana, coleta e tratamento de resíduos. Em tais ações, as empresas são defendidas por escritórios especializados e de excelência comprovada, com o acompanhamento da área jurídica interna. Os advogados externos avaliam que tais ações são de valor inestimável, dado que são discutidos temas

conceituais jurídicos, doutrinários e jurisprudenciais de natureza imensurável. Ademais, em todas as ações, o prognóstico de êxito é possível.

36 Contratos de concessão

36.1 Ativo Intangível

O Grupo Solví reconhece um ativo intangível à medida em que suas controladas concessionárias recebem o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público, desta forma o Grupo Solví registrou ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

	São Gabriel	Battre	RGA	SL Ambiental	São Carlos Ambiental	Relima	SBC	Total
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:								
Aterro e infra em aterros	-	37.890	4.907	-	9.881	-	-	52.678
Infraestrutura em transbordos	-	1.226	-	-	-	-	-	1.226
Estações de tratamento e redes de distribuição de água:								
Infraestrutura – água e esgoto	7.986	-	-	-	-	-	-	7.986
Benfeitorias em bens de terceiros	-	192	1.087	-	56	-	-	1.335
Máquinas e equipamentos	1.337	818	1.411	35	340	-	-	3.941
Veículos e equipamentos	-	-	1.357	31	422	213	-	2.023
Concessão	161	63	-	-	-	-	-	224
Intangível em andamento	8.701	1.163	872	-	2.520	-	2.642	15.898
	18.185	41.352	9.634	66	13.219	213	2.642	85.311

36.2 Ativo financeiro

O Grupo Solví reconhece um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção; o concedente te pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento. Desta forma o Grupo Solví registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	LOGA
Ativo Financeiro de Concessão	1.222
Transbordo	13.004
Edificações	324
Benfeitorias	1.520
Contêineres	7.604
Centros de Triagem	7.946
RSSS Un.Treinamento	14.670
Tr.Anhanguera	2.878
Col.Mecanizada	71
	49.239

Resumo dos principais contratos de concessão:

Controladas - principais contratos de concessão	Sumário dos serviços sob concessão	Período da concessão	Receita bruta anual (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação	Outras condições relevantes	Aditivos ao contrato original
Manaus Ambiental S.A	Abastecimento de água e serviços de tratamento de esgotos para as áreas urbanas de Manaus/AM	45 anos a partir de julho de 2000	522.204	Anualmente com base em índice específico (IGPM)	100% dos itens necessários para execução do contrato	A Manaus deve cumprir com os marcos contratuais de manutenção e expansão do sistema de água e esgoto, dentro os principais estão: cobertura do serviço de água em 98% da população até 2021, cobertura do serviço de esgoto em 90% da população até 2021 e tratamento dos esgostos gerados em 80% da população até 2021	Renovação ocorrida em 2012, prorrogando o contrato por mais 15 anos.	A renegociação contratual ocorrida em 2007 resultou em um equilíbrio entre as receitas e os investimentos necessários	Em 10 de janeiro de 2007, para: (a) atribuir novas áreas a serem atendidas pelos serviços de concessão; (b) redefinir metas, (c) revisar os ajustes tarifários, e (d)redefinir a estrutura tarifária. Em 2012 prorrogando o contrato por mais 15 anos e instituindo a tarifa social.
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	Serviços urbanos de limpeza para o setor noroeste da cidade de São Paulo/SP	20 anos a partir de outubro de 2004	528.200	Anualmente com base em fórmula paramétrica composta de diversos índices	Terrenos, estruturas e construções são reversíveis. Demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual	Reforma do transbordo Ponte Pequena; Construção de novo transbordo; implantação de aterro; construção de usina de compostagem e de centrais de triagem e renovação de frota de veículos a cada 5 anos	Podem ser renovado por igual período ou período menor a depender do Poder Concedente	A cada 5 anos o contrato prevê revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	Aditivo realizado em 29 de outubro de 2007 para revisão da tarifa e das e postergação dos investimentos. Em 26 de dezembro foi assinado o TCA, promovendo parcialmente o reequilíbrio do contrato.
Battre - Bahia Trásferência e Tratamento de Resíduos S.A.	Operação e manutenção de aterro, estação de transbordo e tratamento de resíduos sólidos de saúde coletados na cidade de Salvador/ BA.	20 anos a partir de janeiro/2000 (aterro) e agosto/2000 (estação de transbordo)	84.897	Anualmente, com base em fórmulas paramétricas compostas de diversos índices.	100% dos itens necessários para execução do contrato	Expansão do aterro sanitário (abertura de novas células) e renovação da frota de veículos a cada 5 anos	O contrato será estendido até a capacidade do aterro esgotar	O início do tratamento de resíduos hospitalares ainda não foi autorizado pelo Poder Concedente	Houve aditivo entre as partes para cessão de direito de uso do biogás gerado no aterro por parte da contratante.
SBC- Valorização de Resíduos S.A	Manejo e Gestão de resíduos sólidos no município de São Bernardo do Campo.	30 anos a partir de Junho de 2012.	128.934	Repactuação anual, ultrapassando os 12 meses para a apresentação da proposta fica definido o IPCA	100% dos itens necessários para execução do contrato.	Execução de todos os serviços de limpeza e gestão, bem como a implantação e operação do SPAR-URE-SBC	Podendo ser prorrogado por mais 5anos.	O Município descreve em inventário 4 imóveis como instrumentos garantidores do contrato.	Em 31/05/2016 foi acordado a redução na contraprestação, bem como supressão dos serviços e suspensão dos investimentos retroativos á 01/11/2016, conforme primeiro aditivo do contrato de concessão.
Rio Negro Ambiental Capitação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE. S.A	Serviços públicao de produção, fornecimento de água tratada por atacado, com operação e manutenção de captação, exclusivamente na área do complexo PROAMA	29 anos a partir de julho de 2016	28.659	Anualmente com base em índice específico (IGPM)	100% dos itens necessários para execução do contrato	Cumprir e executar as clausulas contratuais previstas para a prestação do serviço e manutenção dos serviços públicos	Podem ser renovado por igual período e justificada na forma da Lei .	Manter por meio de renovações periódicas não inferiores a 12 meses a garantia da execução do contrato.	Não houve aditivo

37 Eventos subsequentes

Em 21 de fevereiro de 2018, a Companhia firmou seu compromisso na venda das ações representativas de 100% do capital social do Grupo CSN. A consumação da venda está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, dentre elas a obtenção das aprovações dos Poderes Concedentes, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e dos credores. Os ativos referente esta venda estão registrados como ativos e passivos mantidos para venda conforme nota explicativa nº15.

38 Demonstração dos fluxos de caixa

a. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa 11.

b. Informações suplementares

Transações que não envolveram caixa:

	Controladora	
	Nota explicativa	2017
Aumento de capital com outras contas a receber	6	(2.256)
Incorporação parcial da CPA (Investimento e títulos):		
Investimento	1	142.430
Cisão parcial Solví - Mútuos a receber GPO e Servy:		
Partes relacionadas	1	38.785
Mútuos ativos	1	364.870
Investimentos	1	35.667
Partes relacionadas	1	1.900
Mútuos passivos	1	23.692
	Consolidado	
	Nota explicativa	2017
Cisão Parcial Vega		
Contas a receber de clientes	1	6.768
Partes relacionadas	1	28.940
Investimentos	1	35.667
Cisão Parcial Solví		
Partes relacionadas	1	38.785
Mútuos ativos	1	364.870
Investimentos	1	35.667
Mútuos passivos	1	23.692
Adições ao imobilizado que não afetaram caixa	20	4.376

* * *